

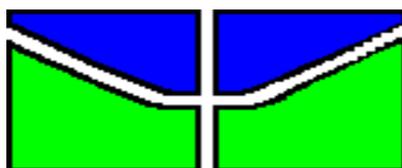
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

FORMAÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL NA GUINÉ-BISSAU

GHORQUE JOAQUIM NHAGA

BRASÍLIA

2011



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

FORMAÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL NA GUINÉ-BISSAU

GHORQUE JOAQUIM NHAGA

Dissertação apresentada ao departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, como um dos requisitos parcial para obtenção do grau de Bacharel em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Mariza Veloso Motta Santos

Brasília, maio de 2011

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO	viii
INTRODUÇÃO	1
I. HISTÓRIA DA GUINÉ-BISSAU	4
i. Localização Geográfica.....	4
ii. Origem da Palavra Guiné.....	4
iii. Nascimento do Estado Guineense	5
iv. História	6
v. Economia.....	9
vi. Sócio-Política.....	10
II. TEORIA SOBRE IDENTIDADE	12
i. Nação ou Território como Identidade.....	13
ii. Religião como Identidade.....	15
iii. A Cultura como Identidade	17
iv. Raça como Identidade.....	18
v. A Profissão como Identidade	20
i. Os Desafios da Globalização na África	24
III. FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES, DO NACIONALISMO E DAS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIAS NOS PAÍSES AFRICANOS.	27
ii. A Formação das Identidades nos Países Africanos.	31
iii. O Nacionalismo Africano, como Luta pela Independência	34
iv. O Nacionalismo Africano Depois da Independência	37
IV. FORMAÇÃO DA IDENTIDADE GUINEENSE.....	40
i. Elementos Aglutinadores	40
1. A Língua Crioula.....	40
A. O Papel do Crioulo na Unidade Nacional.....	43
a. Antes da Independência.....	44
b. Durante as Guerras de Libertação.....	45
c. Após a Independência	46
2. A Língua Portuguesa.....	47

3.	Gastronomia Tradicional Guineense.....	49
4.	Dia da Pátria, Desporto e o Carnaval	52
ii.	Elementos Desaglutinadores.....	55
a.	Diversidades Étnicas.....	55
1.	Etnia Balanta	55
2.	Etnia Fula.....	57
3.	Etnia Manjaco.....	58
4.	Democracia.....	60
V.	HIPÓTESE DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL GUINEENSE.....	61
i.	Educação como Preparação para a Cidadania.	63
	METODOLOGIA E REALIZAÇÃO	66
	CONCLUSÕES.....	70

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu tio, Nfanda Joaquim, por acreditar em mim e me ensinar a sonhar com o conhecimento, mesmo quando eu o decepcionava na escola. Agradeço o meu pai, Mbaná Joaquim, a quem tive pouca convivência e que Deus lhe abençoe e perdoe os mal feitos neste mundo. Agradeço a minha mãe, Nquessú Nhaga, pela sua riquíssima humildade, sensibilidade e generosidade de cuidar de todos nós, nos momentos difíceis da nossa vida. Uma mãe que não sabe ler nem escrever e tem orgulho hoje de ter filhos letrados.

Agradeço as minhas irmãs, Isabel, Segunda e Felismina que estão sempre ao lado da mamãe, vendendo sorvete e amendoim durante a noite sem dormir para que possa manter os meus estudos. Agradeço os meus irmãos, Raimundo, irmão de coração nobre, que trabalha e estuda em Portugal para cuidar da agente depois da morte do meu pai e que até hoje está ao meu lado me apoiando financeiramente. Agradeço a meu falecido irmão Bernardino por dar exemplo como o primeiro na família a obter diploma do curso superior. Agradeço a meu irmão Mário que transformou os sonhos da mamãe de ter a sua própria casa e agradeço a irmão Pansau, por acreditar em mim como irmão de sonhos.

Agradeço minha Tia Satchá a quem contribuiu com os meus estudos primários em Binar. Agradeço aos meus sobrinhos e sobrinhas, Felipe Fati, Júnior, Danilson, Irene, Narcisa, Tamirdes, Caíte. Pelo orgulho de nascerem numa família cheio de conquistas. Agradeço o governo da Guiné-Bissau, por ter assinado acordo de PEC-G, que abriu os meus sonhos e, em especial, ao primeiro ministro, Carlos Gomes Júnior, por meio do seu patriotismo de me apoiar com a viagem.

Agradeço o Governo brasileiro, pela iniciativa de criar o programa de convênio com os países do terceiro mundo, em particular, a África e me apoiar financeiramente com os meus estudos. Agradeço a Universidade de Brasília/UnB, pelas muitas oportunidades que me oferecem para realização do meu sonho.

Agradeço aos meus primos, Npaby, Quintino, Cunsa e Mamudo, por ter convivido junto deles e me incentivarem como um homem de sonhos e acreditarem nas minhas lutas.

Agradeço amavelmente a minha orientadora, Dr^a Mariza Veloso Motta Santos, por aceitar trabalhar com um africano, com sérias dificuldades, a quem me inspirei para que conseguisse pensar este trabalho foi, desde primeiro momento, e não poderia ficar sem trabalhar com ela, pelo seu carinho aos estudantes africanos e pelo seu carinho comigo, além de orientadora, foi um carinho de mãe para filho e que estará presente comigo ao longo de toda minha caminhada, pois não deve ter sido fácil receber as minhas constantes ligações. Agradeço a professora Dr^a Maria Zélia, quem transformou a minha vida, mostrou-me o caminho de conquista e a quem dedico também todo o crédito.

Agradeço aos professores da UnB que me passaram conhecimento inesquecível, principalmente os professores do Departamento de Sociologia, Carlos Benedito, Arthur, Gusmão, Cristiane Gerard, Sayonara, Edson Farias, Berlindes Astrid, Eurico, Maria Eloisa, Débora Messenberg, Sadi, e João Gabriel.

Agradeço aos funcionários da secretaria de graduação do Departamento de Sociologia, na pessoa de Luciana quem soube me atender com maior carinho e generosidade. Agradeço aos meus colegas de longa caminhada da UnB do 2^a semestre de 2005, Fernanda, Felipe, Eduardo Braga, Kilvia, Letícia, Gregório, Isabela, Isabela Biato e todos aqueles que os nomes não constam aqui, mas que estão no meu coração.

Agradeço família Werneck na pessoa de Alessandra a quem contribuiu bastante em cada momento disponibilizando o seu tempo de estar ao lado do seu esposo Régis e a sua filha Lili para que essa monografia estivesse pronta, e até ao ponto de me levar de carona para minha casa altas horas. Agradeço a todos os funcionários do INT, Carlos, Ivson e Ana Luisa, que diante de tantos desentendimentos, pois não é fácil trabalhar com alunos estrangeiros, mas souberam nos atender de coração sincero.

Agradeço ao meu amigo Ricardo Gomes e sua esposa Silvia que me deram apoio psicológico e financeiro nos primeiros momentos da minha vida em Brasília, pois estive quase derrotado, mas conseguiram me erguer na luta. Agradeço a comunidade missionária de Emaús, a família Loyola, Gustavo (pai), Vera, Gustavo (filho), Patrícia, Vânia, particularmente na pessoa de Eliana Machado que me fez conhecer pessoas de verdade, de corações humildes, Padre Ignácio, homem de Deus, pelo seu empenho na formação dos jovens. Agradeço família Eira, Marcelo, a sua esposa Valeria e os seus filhos. Agradeço todos os irmãos e irmãs da comunidade de Emaús, Júlio César, Regina, esposa de Júlio, Nonato, a sua esposa Estela, Luciano, Galino, Eluthério, Rafael, Fátima e todos aqueles que os nomes não estão neste trabalho, mas estão no meu coração.

Agradeço a família Maciel Lima, Tio Emanuel, Tia Lany, a esposa do Emanuel, os seus filhos Lucas, Mateus e Marcos e suas filhas Thainá e Ana Luiza. Família cheia da presença de Deus e serviram de exemplo na minha vida cristã. Agradeço Padre Samuel e Tia Neusa que confiaram na minha experiência de evangelizar por meio de catequista. Agradeço Helmer, como amigo que abriu seu coração e me recebeu no Brasil, embora tivemos alguns conflitos, mas tudo foi ultrapassado, os conflitos fazem parte da vida social. Agradeço a Paulino Pitcha, pela sua humildade e por termos dormido no mesmo quarto durante nove anos.

Agradeço aos estudantes da Guiné-Bissau na UnB, que aceitaram colaborar com as entrevistas, para que esse trabalho fosse feito. Agradeço dona Perla, no INT, que sempre soube nos mostrar os nossos direitos e deveres na Universidade, e nos acolhe com seu coração de mãe. Agradeço Avelino Gomes como amigo que sempre partilhamos idéias, um amigo inesquecível.

Agradeço a Deus, por me emprestar dia a dia um coração que impulsiona o oxigênio que respiro, pelo solo em que caminho sem pagar um centavo, de ser cristão Católico. Agradeço cada um dos milhares de pessoas que estiveram comigo que me criticaram em alguns momentos de forma direta ou indireta até o ponto de alcançar o meu sonho e a minha primeira conquista.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo avaliar os possíveis desdobramentos no fortalecimento na formação da identidade nacional nos países africanos, particularmente da Guiné-Bissau, como País do terceiro mundo, País formado com diversidades étnicas. Por outro lado, visa compreender como se deu esse processo de formação de identidade nacional no velho continente. Para isso, observarei os autores que envolvem os seus estudos na formação da consciência nacional, como característica fundamental no debate do exercício da cidadania no mundo contemporâneo, por meio do relacionamento entre os indivíduos das diversas culturas.

A análise deste trabalho contempla o delineamento de alguns aspectos da estrutura organizacional do Estado da Guiné-Bissau, como, o crioulo, português, gastronomia e cultura e outros fatores relevantes nos processos de formação da identidade nacional como país africano.

A metodologia da pesquisa utilizada segue dois modelos, revisão da literatura por meio do raciocínio sociológico e utilização de roteiro de entrevista estruturada aberta com os estudantes do Programa de Estudo do Convênio de Graduação (PEC-G) da Universidade de Brasília/UnB. Foram realizadas entrevistas individuais com dezoito alunos dentre os vinte e seis alunos da Guiné-Bissau que estão envolvidos nesse programa.

Em conclusão, é de salientar que nos estudos abordados, no que trata da identidade nacional como exercício da cidadania no mundo contemporâneo, como compromisso de qualquer nação hoje, Guiné-Bissau está longe ainda de criar a realidade que contempla o relacionamento do seu povo, falta de vontade política de valorizar a educação como mecanismo de exercício da cidadania.

Palavras-Chave: Formação, Nação, Identidade Nacional, Diversidade Étnica, Estado da Guiné-Bissau.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho serve para conclusão do curso de graduação em Sociologia com o objetivo geral de compreender o processo de formação da identidade nacional, refutando do ponto de vista do Estado da Guiné-Bissau na contemporaneidade. Embora exista uma diversidade cultural étnica além de outras dificuldades econômicas sociais e políticos que impedem a observação do fenômeno de uma nação moderna.

Entretanto, existe um fenômeno imaginário criado no meio do espaço territorial denominado Crioulo e Português como viés de unidade nacional, mas ainda não preenchem a demanda da unidade nacional. Portanto podemos afirmar que existe uma Identidade guineense? Num País em que o Crioulo e o Português se fala somente nos meios urbanos, onde os pratos tradicionais apresentam diversidades, num País com população menor do que dois milhões de habitantes em comparação com outros países africanos?

Nos últimos vinte anos, com a abertura política, a sociedade guineense vem afastando-se dos valores da unidade nacional, ocorrem certo grau de etnicidade em todo território nacional. A principal fonte de informação deste acontecimento é a própria maneira dos políticos fazerem política: abstêm-se do próprio valor proposto pela democracia de servir como elo entre os povos em busca de uma identidade nacional, os políticos assim favorecem as divisões internas entre os vários grupos sociais.

A identidade se trata como conjunto de caráter próprio e exclusivo com os quais se podem diferenciar as pessoas. Como o próprio nome diz, é algo que nos identifica, nos diferencia em relação de uma sociedade à outra. Entretanto, não é um dado natural, a identidade não se forma quando os indivíduos ainda são localizados no ventre da mãe, a identidade simplesmente é formada de acordo com a sociedade em que as pessoas se envolvem. De maneira que, a identidade nacional não se forma de nenhuma maneira individualmente, necessita de trocas de idéias, experiências e das informações que interessa a toda a coletividade. É um convívio entre as pessoas, na medida em que uma pessoa não é socializada pela convivência ficará presa em algum sentido sem

o contato de outras pessoas. Essa pessoa, possivelmente, não irá se comunicar de forma correta e muito menos terá uma identidade.

Assim, me lembro de uma história contada por meu pai, de um garoto desaparecido misteriosamente na década de 60, em plena luta da libertação nacional. O garoto não sabia falar e nem andar direito, era estranho para os que estavam ali presente, e tanta busca nada resultou. O pequeno garoto afinal foi trancado por um homem durante 16 anos num porão escuro, onde recebia alimento através de um buraco e não tinha contato com ninguém, foi criado por si só. Depois de conseguir sair do local, graças à comunidade que o socializou obteve uma identidade.

Como existem milhares de pessoas e, conseqüentemente, milhares de identidades criadas, então há vastas diferenças, onde podem existir aceitação ou negação de um indivíduo para com o outro. O ponto importante é conhecer e aprender com outras pessoas e, conseqüentemente, criar um círculo social onde todas as pessoas se identificam.

Portanto, identidade nacional é um conjunto de crenças e representações simbólicas que dão sentido ao conceito individual de cidadania. É possível um povo constituir a identidade nacional somando os valores culturais resultantes das vivências coletivas. Este fim de milênio e o início do novo milênio foram marcados pelo sistema e modelo Europeu de constituição de Estados Nações, devido a nova ordem internacional, onde ocorre a globalização do capital.

Em cada momento, estão surgindo novas identidades, políticas, econômicas, não só nacionais, mas internacionais, como a União Europeia, o Mercosul, União africana entre outras. Estas identidades, por sua vez, colocam a idéia de nacionalismo agregado a um território, idioma ou a uma etnia, uma vez que o principio é alcançar o objetivo de ultrapassar a esfera meramente nacional de coletivo.

O conceito de identidade nacional visa tornar homogêneas as diferenças que ocorrem no interior da nação, estabelecendo um discurso de unidade de um povo unificado em torno de idéias comuns. De modo que a cultura homogênea assuma o papel da cultura nacional, somando as outras culturas que ajudaram

a formar a nação. Portanto, enfatiza a cultura dominante e constrói as representações da unidade a partir das diferenças internas da sociedade.

Não há uma padronização de uma unidade nacional apenas do ponto de vista político, sem levar em consideração os valores sociais, econômicos, culturais, religiosos, entre outros. Portanto, com as mudanças que a sociedade moderna trouxe, é necessária uma releitura, de modo geral, da questão da identidade nacional, para que haja uma melhor interação entre os indivíduos.

A identidade nacional proveniente do liberalismo utiliza-se do mecanismo de igualdade entre as pessoas quando estas são iguais perante a sociedade e o Estado e quando todos sentem que fazem parte desse Estado, sentem que o bem público também os pertence. Só por meio dessa condição, podem sentir que o bem comum pertence a eles.

Por isso, esse estudo compreenderá a noção de Identidade nacional, criando e ampliando a discussão no âmbito acadêmico, mas também no nível social e político. Proponho demonstrar os principais aspectos de unidade nacional em prol do desenvolvimento da identidade e formação nacional de uma nação moderna. No entanto, apesar de alguns trabalhos feitos sobre identidade nacional da Guiné-Bissau, estes não surtiram nenhum efeito por parte dos diferentes grupos que constituem a sociedade. Decidi então a colocar o problema em foco novamente.

Hoje, nenhum País do mundo cresce e se desenvolve com divisões culturais e conflitos no seio do seu povo. A dimensão política e a valorização das culturas deveriam contribuir para um exercício da cidadania aumentando a interação entre os seus cidadãos, permitindo que houvesse um diálogo permanente entre os grupos étnicos, isto é, por meio da educação.

Portanto, o fruto deste trabalho busca compreender o verdadeiro sentido da Identidade nacional guineense, por meio dos levantamentos bibliográficos, artigos, e das entrevistas feitas com os alunos guineenses na UnB.

I. HISTÓRIA DA GUINÉ-BISSAU

i. Localização Geográfica

A República da Guiné-Bissau situa-se na costa Ocidental da África e tem extensão de 36.125 quilômetros quadrados. Limita-se ao norte com a República do Senegal, ao Sul com República da Guiné-Conacry, e ao Leste deserto de shaara e ao Oeste com o Oceano Atlântico. Todo o território nacional é baixo, exceto no nordeste onde algumas extensões da planície de Fouta Djallon chegam a uma altitude de 100 a 200 metros. O clima tropical é úmido, onde se alterna seca e chuva. A chuva começa em maio e termina em novembro, o calor é intenso entre abril e julho e o frio é comum no final de novembro até o fim de janeiro.

ii. Origem da Palavra Guiné

A região onde situa a Guiné-Bissau teve uma importância maior nos primeiros séculos dos grandes descobrimentos e, paralelamente, na formação do crioulo e do português, mas também na formação de outras línguas europeias. Em todo caso, não poderia falar deste País, sem uma explicação aos leitores da origem da palavra Guiné.

Seguindo um percurso estabelecido pela história externa e interna do País, a palavra Guiné, de acordo com Couto, possui várias hipóteses para explicar a origem do termo sob o ponto de vista da história externa. Uma delas partiu de *Djenné*, nome de uma cidade localizada entre Bamako, capital do Mali, e *Tombuctu*, próximo do rio Níger. O português António Joaquim Dias, um dos primeiros descobridores do litoral africano, pensava que *Djenné* era a verdadeira terra dos negros, pois de lá que saíram os primeiros escravos e que entre os portugueses ficavam sendo a terra dos negros.

De lá deram então nome de *Djenéus*, que transformou-se rapidamente em *Guinéus*. Assim dizia Dinis, aventureiro português, chegou à terra dos negros, e que pelo som chamou *Guinéus*. Em outros momentos, dizia Couto, na passagem dos navegadores portugueses, diziam que chegaram numa terra

verde, chamada terra dos negros ou terra de *Guinee*. A palavra passou a ser usada como *Genna*, *Djiné*, *Guinee* e *Guinanha* pelos mouros. Couto, concluiu com prova forte e suficiente, na identificação e assimilação de *Djenné* como sinônimo de terra de negros, com a base histórica e geográfica da palavra *Guiné*, usada desde o século XV.

Naturalmente, como a região passou a ser freqüentada por diversos povos além dos portugueses, também passaram ingleses, franceses, holandeses e outros. Daí começaram surgir várias interpretações, hipóteses para explicar a origem da palavra *Guinnée*. No que se trata da segunda hipótese, o termo provém da palavra berbere *aguinawa*, que significa homem preto ou negro. De modo que cada uma dessas hipóteses não está longe da realidade, sejam hipóteses nem inteiramente verdadeiras e nem falsas.

Como a região em questão era motivo de cobiça por parte de povos e línguas os mais diversos, cada uma delas pode conter parte da verdade, tendo os fatos históricos convergido para uma forma única, variando apenas para se adaptar à fonética de cada língua européia-*Guiné*, *Guinea* e *Guinnée*. (COUTO, 1994, p. 43).

iii. Nascimento do Estado Guineense

Em 24 de setembro de 1973, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAICG proclamava, unilateralmente, a independência da Guiné-Bissau. Era a primeira vez que num território ainda parcialmente ocupado pelas tropas coloniais portuguesas, tal fato acontecera. O Estado da Guiné-Bissau foi rapidamente reconhecido por mais de 80 Países, ultrapassando os Países que tinham relação com Portugal. No entanto, só um movimento de libertação extremamente organizado poderia levar adiante uma ação dessas.

O PAICG chegou à independência por meio de uma luta longa contra o colonialismo português, facilitando assim, com a sua trajetória gloriosa e vitoriosa, a criação de uma Assembléia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau. Só depois de um ano é que a ditadura portuguesa foi derrubada, em 25 de abril de 1974, pelo Movimento das Forças Armadas. Em 11 de setembro do mesmo ano, Portugal de forma legítima reconheceu a

independência da República da Guiné-Bissau que se tornou o 148º membro da ONU.

As lutas contra o colonialismo português testemunham um passado longo. A resistência nasceu desde a primeira ocupação portuguesa, da qual chamamos a descoberta da região que constituiu o Senegal e a Guiné-Bissau e que era um dos centros da escravatura na África.

iv. História

Guiné-Bissau fez parte do Império de Mali, antes de chegada dos portugueses, no século XV. Diogo Cão, navegador português, estabeleceu os primeiros contatos com o litoral da Guiné. No litoral, fixou-se durante alguns períodos em mobilização dos nativos, com objetivo de estabelecer contatos com o interior da Guiné.

A primeira cidade fundada nessa época foi a vila de Cacheu, no Norte da Guiné, no século XVI, mas sujeita administrativamente ao Arquipélago de Cabo Verde. Após alguns anos de administração, o povoamento passou a ser de Farim e Ziguinchor. A ocupação portuguesa deu-se a partir da foz dos rios Casamansa, Cacheu, Geba e Buba.

Desde sempre, no território da Guiné habitavam diversos grupos étnicos. Antes da chegada dos portugueses, esses povos tinham rivalidade de posse da terra, todos os grupos étnicos tinham modo de vida diferente dos outros. No final do século XVI, o tráfico negreiro aumentou significativamente, o que originou as decadências dos reinos e possibilitou o avanço dos portugueses e espanhóis, que aproveitaram as rivalidades étnicas e implantaram um novo modo de produção com comércio altamente lucrativo.

No século XVII, eram propagados contatos regulares entre o reino de Kaabú, pertencente aos *mandingas*, e os invasores comerciais portugueses da época. Ao longo do tempo, os portugueses instalaram o comércio no Ziguinchor, Cacheu, Geba e Farim. Porém, o reino do Kaabú foi destituído pelos *almamis*, de Fouta Djalon, estabelecendo o domínio dos *fulas (almamis)* na região. O reino de Kaabú era uma região administrativa do Império do Mali (*mandingas*) e

era território de disputa entre os muçulmanos (*almamis*) vindos do norte da África, os povos nômades.

Os portugueses também instalaram-se na fortaleza de Bolama, antiga Capital da Guiné, nos finais do século XVIII. Foi uma disputa entre os ingleses e os portugueses, com objetivo de definir a quem pertenceria o novo mundo. Recorreu-se à justiça internacional para banir futuros desastres que já se previam. Os portugueses saíram vitoriosos na corrida. (DIDINHO, 2003).

Posteriormente, no início do século XX, os portugueses mobilizaram os nativos dominados para um conflito de interiorização da Guiné. Foi uma guerra sangrenta, chamada Guerra de Pacificação. Os portugueses não se resignaram a abandonar a Guiné, foi um conflito armado, da qual culminou na revolução de libertação mais prolongada da África. Foi um domínio de 528 anos dos portugueses no novo mundo.

A revolução armada iniciou-se em 1963 com as guerrilhas do partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) contra as tropas coloniais portuguesas. Depois de uma revolta de longos anos, com perda de milhares de homens na luta de libertação, os guerrilheiros pretendiam unir Cabo Verde com a Guiné como uma só nação. O movimento de libertação nacional proporcionou a proclamação de um Estado.

No entanto, é a partir da prática das zonas libertadas antes da Independência que a política do futuro Estado manifesta-se. Estas zonas tinham, portanto, uma organização descentralizada, pouco burocrática. A luta contra o imperialismo português era um objetivo comum e ocorreu no molde a criar uma unidade nacional, já que os movimentos lutavam por uma causa justa, a do nacionalismo.

Depois da Independência, o País tomou outro rumo, diferente do que esperavam os homens da Pátria e da sociedade. Ocorreu nova estrutura social, política, cultural e econômica. Em 1979, com Governo de Luís Cabral, o País passou um período de fome que originou o Golpe de Estado. Com o novo governo de Nino Vieira, na década de 80, houve pressão social por parte dos intelectuais que vieram de formação, principalmente dos Países ocidentais, e

queriam mudar velhas ideologias implantadas na sociedade guineense, foi um momento terrível aos donos do poder que buscaram mecanismos para acabar com os novos revolucionários. De tal modo, houve pressão mundial em defesa dos direitos humanos, mas nada conseguiu impedir o fuzilamento destes intelectuais, a prisão e as fugas para o exterior. A luta contra o colonialismo remonta a um período antigo. A resistência vinculou-se desde a primeira hora, nos corações destes homens africanos.

Nesse período, a Guiné-Bissau viveu um regime de pena de morte, que foi implantado na Constituição de 1982. A sociedade viveu em medo, em silêncio total. Na década de 80, Nino Vieira com seus homens de confiança, lançaram a política de comércio livre, que culminou com a venda dos produtos de primeira necessidade de acordo com preço que convinha ao comerciante. Quem tinha menor poder de compra, tinha que procurar alternativas de sobrevivência. Entretanto, esse tipo de política permitiu que os comerciantes e empresários senegaleses e dos países vizinhos invadissem os mercados internos guineenses e enriquecessem rapidamente. (DIDINHO, 2003).

Desde o início da ocupação portuguesa, chamada “descobertas” da região, que hoje constitui grandes países como o Senegal, a Guiné-Bissau foi um dos centros da escravatura na África. Foi colônia de Portugal desde o século XV até a sua independência unilateral em 24 de Setembro de 1973 e total em 1974. Atualmente faz parte da comunidade dos países da Língua Portuguesa (CPLP), países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), União Africana (UA) e da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CDEAO).

A Guiné-Bissau possui um conflito constante com o vizinho Senegal, sobre a posse da região fronteiriça da Casamansa, rica em petróleo e turismo. Em 1994, vinte anos após a Independência, o País culminou com a democracia e com as primeiras eleições presidenciais e legislativas, sendo eleito o presidente que estava no poder desde 1980. Em 1998, ocorreu uma revolta armada que provocou uma guerra civil sangrenta, deixando centenas de desabrigados. O presidente foi deposto por uma Junta militar em maio de 1999. O País foi assumido por um governo interino, em fevereiro de 2000, liderado por Henrique

Rosa, quando o líder da oposição, Koumba Yalá, ganhou as eleições no segundo turno com 73%.

Portanto, mesmo após quinze anos de um partido único no poder, com a abertura política, com lutas intensas e pressão mundial sobre direitos humanos e o respeito à liberdade de opinião, o País não conseguiu atingir a vontade dos seus cidadãos. Mesmo depois de 1994, com as realizações das primeiras eleições democráticas, o País ainda continuou com as crises sociais, econômicas, políticas e culturais. (DIDINHO, 2003).

O empenho político não deixou à margem de manobra necessária para uma reflexão cuidadosa. O evoluir do processo guineense pós-independência exigia uma atenção particular, uma discussão permanente, um envolvimento prático constante, enfim, um ativismo insistentemente esgotável, incapaz de acompanhar todos os fatos políticos. Numa sociedade africana a simbologia do poder, ou melhor, ainda, da autoridade reveste-se de significações e valores que eu redescobria, alienado que estava por uma formação ocidental, ainda largamente dominante. (LOPES, 1980, p.13).

A mudança posterior da Guiné-Bissau para a democracia foi muito complicada em função uma economia deficiente, devastada pela guerra civil e pela intervenção dos militares na política. Até hoje, o País encontra-se numa crise social com, falta de reconhecimento do estado de direito pelos militares.

A capital Bissau hoje é um centro de migração dos jovens rurais em busca de melhores condições de vida, a maior parte da migração dá-se entre dezoito a trinta anos, em busca da qualidade que a capital oferece na educação, saúde e emprego. O País está com falta de recursos próprios para saúde, alfabetização, emprego e alimentação e muitas regiões do país, encontram-se na penúria, pois ainda não conseguiram sair da crise instalada pela guerra. (DIDINHO, 2003).

v. Economia

Em relação a economia, Guiné-Bissau, está entre os vinte Países mais deficientes do mundo, o país depende principalmente da agricultura e pesca. As colheitas do caju aumentaram significativamente nos últimos anos, e o País atingiu agora o sexto lugar na produção do produto. Guiné-Bissau exporta

peixes e frutas e, também, quantidades pequenas de amendoim, de semente de palma e de madeira.

O arroz é o produto e o alimento principal do País. Entretanto, o conflito civil de 1998, deixou sérios problemas atrapalhando na recuperação da economia. A guerra reduziu 28% do PIB anual. Anteriormente, a reforma do comércio e a liberação do preço eram a parte mais bem sucedida do programa de ajuste estrutural do País sob o patrocínio do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O arrocho da política monetária e do desenvolvimento do setor privado tinha também revigorado a economia. Porém, os custos elevados, o desenvolvimento do petróleo, o fosfato e outros recursos minerais não ofereciam retorno em curto prazo. No entanto, as reservas do petróleo explorado na costa podiam fornecer o rendimento necessário em longo prazo. (DIDINHO, 2003).

vi. Sócio-Política

O País é constituído de oito regiões administrativas: Biombo, Cacheu, Oio, Bafatá, Gabú, Tombali, Quínara e Bolama Bijagós. Cada uma das regiões administrativas exerce função administrativa dependendo do governo central. Os administradores são nomeados pela vontade política do partido com maior bancada parlamentar. A capital da República da Guiné-Bissau é Bissau, onde se concentram a máquina política e as pessoas com o maior poder aquisitivo. A moeda da Guiné-Bissau é o Franco CEFA, que circula entre oito Países da zona denominada União Económica Monetária Oeste Africano (UEMOA) (Bloco Económico). A língua oficial é o português, utiliza-se localmente o crioulo como língua vernácula.

A população da Guiné-Bissau é de 1.600.200 habitantes, segundo censo de 23 de março de 2006, o País conta com mais de 30 grupos étnicos, os principais grupos étnicos são: Balantas, Fulas, Manjacos, Papeis, Mandingas, Mancanhas, Bijagós e Beafadas. Além de alguns mestiços, mistura de indígenas e colonizadores europeus. A população entre 0 a 14 anos é de 41,9%, entre 15 a 64 anos, é de 55,2% e de 65 anos acima está entre 2,9%. A

expectativa de vida entre os homens é de 47,5 anos e entre as mulheres é de 52,2 anos. A população rural é de 55% e urbana, 45%. O Estado da Guiné-Bissau não possui nenhuma religião, é um Estado laico, que na sua Constituição garante a assistência à qualquer religião. Preponderando-se as religiões Animista com 50%, Islâmica com 31% e Cristãos com 19%. (DIDINHO, 2003).

Na Guiné-Bissau, os partidos políticos são organizações voluntárias que ligam as pessoas a seu governo. Os partidos mobilizam as suas candidaturas e realizam campanhas para se elegerem a cargos públicos e mobilizam a sociedade para participarem da escolha dos representantes por livre escolha sem obrigatoriedade de voto. O partido eleito obtém força para controlar os ministérios do governo e procurar decretar as leis sobre múltiplos programas, na mesma medida, os partidos da oposição são livres para criticar as idéias políticas do partido no poder e apresentar as suas propostas de governo.

O País é governado pelo sistema semi-presidencial, isto é Presidente da República como chefe de nação, com poderes limitados, e Primeiro Ministro como chefe do governo. As eleições legislativas realizam-se de quatro em quatro anos e as eleições para Presidente de República de cinco em cinco anos. O poder legislativo exerce função de criar as leis executadas pelo Executivo.

Há uma crise na área da saúde, é imprescindível vacinas contra a Febre Amarela, Cólera e a profilaxia Anti-Malária. É recomendável, ainda, vacinas contra o Tifóide e Tétano, além de campanhas educativas que ensinem a população a não beber qualquer tipo de água e nem comer alimentos sem cozinhar.

É um dos Países com maior taxa de analfabetismo no mundo 53,9%. A maior concentração da taxa de analfabetismo encontra-se na zona rural. Falta incentivo do Estado, falta profissionais da educação, as escolas são precárias, não existe uma política voltada à educação de qualidade. O mal de tudo é que a Guiné-Bissau não cumpriu as promessas traçadas entre os Países que formaram o bloco econômico da UEMOA, cujo objetivo era reduzir a taxa de

analfabetismo num espaço de vinte anos. Isso não se verificou, devido a constantes conflitos sociais que o País tem apresentado nos últimos anos.

II. TEORIA SOBRE IDENTIDADE

As questões da identidade e da diferença social estão hoje no centro da teoria social e da prática política. Assim, a partir das perspectivas dos estudos culturais, os autores teóricos buscam compreender essa dimensão criada pelos homens em relação ao poder.

Existe entre os grupos sociais, uma maneira de afirmar os privilégios de hierarquia das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais eficazes pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Ela significa escolher aleatoriamente uma identidade específica como parâmetro em relação aos quais as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Dessa forma, a normalização significa afirmar que, todas as características, positivas e possíveis, escolhidas, estão em relação às outras identidades que só podem ser avaliadas de forma negativa.

A identidade desde sempre constituiu característica que permite classificar os indivíduos pelas suas naturezas, apresenta uma força no cotidiano e, até certo ponto, assume característica de preconceito. Sobretudo na supremacia de uma raça em relação à outra, principalmente numa sociedade onde opera poder econômico, os indivíduos de outra cultura são vistos do ponto de vista negativo pelo seu menor poder econômico. Neste caso, ninguém consegue enxergar que a identidade até num determinado momento para ser ato natural. (DA SILVA, 2000).

Essa é uma das minhas maiores buscas: a de compreender o campo da identidade em diferentes ações a que seja composta, de modo que não exista uma única identidade afirmativa a partir da qual me cobera compreender outras identidades, por meio do arcabouço teórico.

O próprio conceito de identidade, pensando no meu trabalho, é demasiadamente complexo, muito estudado e muito compreendido nas ciências sociais contemporânea para ser colocada em prova. Na verdade isso ocorreu em várias teorias discutidas em ciência sociais, é impossível oferecer afirmativas cabíveis ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e propósitos teóricos do que será apresentado sobre identidade. (HALL, 2005).

i. Nação ou Território como Identidade

As características dos Estados modernos é que, hoje, estão associados ou integrados à modernidade de uma nação, embora existam questionamentos de que cada Estado não deixe de se identificar no sentido nacional, que o reflita como Estado por meio da sua história. De acordo com Hobsbawm, que discutiu em seu estudo a importância da língua falada na construção de uma nação, a qual se diferencia na formação de cada Estado-Nação. *“Em 1884, a palavra nação significava simplesmente o agregado de habitantes de uma província de um País ou de um reino”*. (HOBSBAWM, 1991, p. 27).

Atualmente, a nação é formada por um Estado ou corpo político, que reconhece um centro maior de uma autoridade comum formado por um território considerado como um todo. A maioria dos Estados modernos tinham estrutura de reinos diversos, portanto, não podiam ser considerados simplesmente nação. Embora transportasse verdadeiros sentimentos de solidariedade entre as pessoas pertencentes a um Estado, mesmo que não falassem a mesma língua, mas discutiam o interesse de todos. (HOBSBAWM, 1991).

O Estado-Nação e povo ajustavam-se a ambos, mas para os nacionalistas a sua inclusão na criação de entidade política deriva da existência anterior de algumas comunidades distintas de outras, como estrangeiros. Enquanto que na visão revolucionária democrático, o conceito central era o de soberania do povo cidadão e Estado, a qual constituía uma nação em relação ao restante da raça humana. (HOBSBAWM, 1991, p. 35).

No início da discussão da origem do Estado-nação na Europa, segundo Hobsbawm, no princípio e ao final do século XIX, o povo simplesmente se apresentava como nação, por meio das suas constantes discussões dos

interesses comuns. De acordo com Hobsbawm, a burguesia europeia reivindicava uma política radical de construção de uma identidade por meio do nacionalismo, tornando a Europa um centro de discussões dramático. Porém, a nobreza manteve a centralização do poder, de forma que a burguesia não obteve êxito, mas manteve-se sob a mesma ideologia. A sociedade europeia que apoiou-se na burguesia para solucionar os problemas que transbordavam, revoltou-se contra a sua atitude, na medida em que as burguesias intelectuais não queriam deixar do lado tal nacionalismo, transformando a Europa num palco de revoluções sobre os Estados-nação.

A história nos mostrou de fato que o liberalismo clássico, do livre comércio, foi algo que coincidiu com a formação da nação, o Estado-nação, que segundo Hobsbawm, desempenhou um papel importantíssimo no processo de desenvolvimento do capitalismo. A economia desempenhou um enorme papel na definição das fronteiras estatais. O desenvolvimento econômico foi feito com base em Estados territoriais, cada um dos quais tendia a percorrer a política de livre comércio como um todo unificado.

Na realidade, quando se trata do capitalismo mundial no século XIX, e ao início do século XX, vimos claramente às formações das identidades nacionais nos Países desenvolvidos, principalmente os Países do primeiro mundo. Estes eram totalmente avançados em relação aos outros Países do mundo, com as suas formações econômicas, cujas unidades são extraterritoriais e transnacionais. Enquanto que a África nem pensava em formar o ideal de nação moderna, mas tinha outros tipos de formação nacional através dos seus pequenos reinos.

No entanto, de acordo com Azevedo, o território como identidade, caracteriza-se por seu meio físico, a sua fisionomia geográfica e a extensão como território que determina um País, além das florestas, das bacias hidrográficas, das diversidades climáticas entre as regiões administrativas ou estados federados, dos recursos minerais, do mar e da costa, dos rios, das populações que habitam as migrações internas e externas, da seleção que defende a cor da bandeira na copa e da distribuição da população por idades, sexos e raças.

ii. Religião como Identidade

A religião como uma identidade dos seres humanos, em toda a parte do planeta e época, e de uma maneira em geral, ou de outra forma, acredita num ser superior criador e absoluto. A palavra religião provém de re-ligar, da qual todos os seres humanos buscam compreender, de alguma forma, os grandes questionamentos sobre a morte, a vida e o mal, além de saúde, paz, felicidade e tudo o que não consegue pelos seus próprios esforços. (ZORZI, 2005).

Os estudos sobre a religião representam uma forma de acreditar em forças superiores transcendentais a partir das quais são constituídas socialmente as crenças religiosas, conforme desenvolvido pelo pensamento durkheimiano, no entanto, colocar em que medida a religião pode ser vista como uma visão sagrada, considerando a ótica de outros escritores.

Até o século XIX, a religião não tinha uma idéia clara do seu papel na construção da vida social. Foi a partir deste século, pela primeira vez, que se encontra uma abordagem sociológica ao estudo da religião, uma revelação de Durkheim. Foi uma revisão no seu percurso intelectual e no desenvolvimento do seu pensamento anterior para ajustar uma perspectiva. De fato, o estudo dos fenômenos religiosos tomou-se percurso central da análise durkheimiana, embora outros autores entendessem que o esboço de teoria de Durkheim tinha uma diversidade temática bastante ampla no que culminou no campo da religião no século XIX. Era um horizonte central da época entre os Historiadores, Antropólogos e particularmente Sociólogos da escola francesa. Embora os Antropólogos se desviassem e não seguissem o pensamento durkheimiana.

Portanto, Durkheim interessou-se no estudo da religião, pela influência que tinha os cultos dos antepassados e do fogo sagrado na lei da religião familiar na Roma antiga. De acordo com Durkheim, o que une os membros da família na antiguidade é algo mais poderoso do que nascimento e do que a força física. É a religião do fogo sagrado e dos antepassados.

Entretanto, a idéia de que o poder constituído habita no homem, o fogo sagrado só poderia ser transmitido do homem pelo homem, da qual significaria

que o poder patriarcal teria residido fundamentalmente na religião. De acordo com esta afirmação de Durkheim, percebe-se a importância da religião na vida do homem, tanto primitivo, quanto civilizado. Portanto, a religião é como o início da constituição da família antiga e como elemento ordenador da vida social. (DURKHEIM, 2008).

Enfim, os universos religiosos concretizam uma realidade que se verifica ausente no homem. Obviamente, a idéia de sagrado é importante para a discussão do totemismo, porém, quando se trata do sagrado que se encontra sempre sobreposto na realidade, o que está em causa não é somente o domínio da religião.

Segundo Durkheim, a transformação dos valores ocorre permanentemente, porém, cada sociedade possui um código próprio, o que torna interessante a comparação entre povos primitivos e povos civilizados. De acordo com Durkheim, esta concepção levou uma posição diferenciada no que diz respeito à abordagem sobre o fim das religiões, sobretudo a partir do século XIX surgiu quando os intelectuais interessados sobre a discussão da religião analisam a mesma dentro do quadro da modernidade.

Porém, antes de investigar a religião como identidade simplesmente, precisa-se conhecer observar e entender o sentido da religião. Sem isso, poderia definir a religião como simples idéia e prática que não teria importância e passar à margem sem perceber a sua importância no processo de constituição da identidade.

Na realidade, busquei compreender a religião sobre o que ela tem de comum, a religião para ser uma identidade, precisa ter uma característica que percorre entre todos os indivíduos que partilham as mesmas crenças e valores. A religião é uma manifestação natural da atividade humana, “...*determina uma vida humana pelo sentimento de um laço que une o espírito humano ao espírito misterioso...*” (DURKHEIM, 2008, p. 60).

A religião, neste caso, teria função de orientar as nossas relações como seres especiais e como indivíduos que professam essa religião, acompanhados pelos ritos que criam laços de convivência entre os praticantes. A religião é uma

maneira solidária de crenças e de práticas baseada nas coisas sagradas, isto é desvincula as crenças e práticas que unem em uma mesma comunidade moral, designada Igreja, todos aqueles que a ela pertencem.

iii. A Cultura como Identidade

Esse duplo deslocamento e descentralização dos indivíduos tanto no seu espaço no universo de convivência e no cultural, quanto a si mesmo, contribuíram no que resta da crise da identidade. De acordo com a contribuição de Mercer, a identidade se torna uma questão, quando está na via de crise (MERCER *Apud* HALL 2005). Portanto, é necessário pensar de verdade no que acontece na crise das identidades no âmbito da própria modernidade que também está sendo transformada.

O pensamento iluminista se baseava na concepção do indivíduo totalmente centralizado, unificado de toda a capacidade de razão, de consciência e de ação. Esse pensamento emergia desde a primeira hora de nascimento e crescia com tal ideologia ao longo da sua vida. O centro dessa preocupação, o essencial, está na ênfase do eu como identidade de uma pessoa, o que denota uma concepção individualista. Na verdade, este tipo de pensamento vinculava-se, usualmente, em conexão com as questões de gênero.

A cultura é definida pela história, e não pela genética, porque o indivíduo assume a sua identidade diferentemente, em diferentes momentos, porque as identidades não são unificadas. Sobretudo entre nós, há identidades contraditórias, pulando em diversas direções, com essa situação nossas identificações estão cada vez mais deslocadas. Não existe uma identidade completamente unificada, segura e coerente, isto seria, uma fantasia. Portanto, uma vez que existe multiplicidade de culturas, somos confrontados por uma variedade de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente.

Outro assunto importante que merece destaque no caráter de uma mudança na modernidade, em particular, é o que trata do processo de mudança conhecido como “Globalização” e seu impacto sobre a identidade cultural. As sociedades

modernas são conhecidas como sociedades de mudanças constantes e rápidas. Estas são uma das principais diferenças entre as sociedades tradicionais e as modernas.

Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na comunidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS *apud* HALL 2005, p.14-15).

A modernidade, em particular o conceito de Globalização, nos colocou sob um modo de vida com uma ação inédita de todo tipo de tradição de ordem social, na atualidade, as identidades podem ser percebidas, por meio da globalização. No entanto, a principal característica da globalização é a intensificação das relações sociais e das relações capitalistas no mundo inteiro.

Sobretudo na história da modernidade, as culturas assumiram as características dominantes da modernidade, racionalismo individualismo, ao mesmo tempo o processo de globalização ressaltou fontes importantes, mais especificamente, de identificação cultural. Devido a essa síntese do complexo processo e a força de mudança que venha transportar o mundo em toda a esfera social, a globalização exigiu uma transição das ideologias sociológicas clássicas da sociedade. Portanto, o que merece destaque na globalização é a identidade do espaço e do tempo, que obtiveram papel significativo de todo o sistema de representação, qualquer representação, fotografia, arte e desenho, o seu objeto está determinado no espaço e no tempo.

iv. Raça como Identidade

O conceito de Raça como modo de classificar a diferença entre os indivíduos e os grupos sociais, entre outros. A raça cria uma fronteira entre os que partilham características genéticas ou estruturas físicas que podem ser determinadas pela opinião principalmente, nas culturas ou pelo modo de vida, e que está sempre definida e fundamentada na distinção de populações por alguma noção de hereditariedade de traços partilhados em comunidades.

A ideologia de raça surgiu no período de expansão colonial e foi prolongado e utilizado como um argumento legitimador da dominação europeia. A raça conceito tem o seu germe no século XIX como, a sua principal função é a de nomear os indivíduos na suposição de diferenças na genética e na variação do intelecto e das habilidades. Guibernau (1997) ressaltou que a raça é enunciada como algo natural, as maneiras de ver o mundo e as estruturas institucionais por meio das quais se expressam e estabelecem como racionalidade a diferença como uma lei da natureza.

No sentido da transformação darwiniana, a raça significa uma subespécie, em reprodução, e que de maneira geral cada raça possui a sua própria língua, como veículo que mantém ligação entre a comunidade e a sua identidade de geração a geração. *“A raça foi identificada como classe ou status, e que em alguns tempos, significa cultura, etnicidade e nação”*. (GUIBERNAU, 1997, p.96). Embora existam estudos científicos que contestem, a origem da raça foi uma manipulação das ideologias fundadas na Europa e, que ganharam hegemonia em todo o mundo.

A raça é um conceito abstrato e com mudanças ao longo da história humana, foi uma pedra angular que edificou as relações sociais em determinadas sociedades. O conceito de raça iniciou-se nas idéias das fronteiras do estado nacional. Portanto, a exclusão, a nomeação e a incorporação das relações sociais entre raças, continuaram nos Estados nacionais, que têm poderes de reforçar idéias convencedoras, capazes de incluir e excluir os indivíduos, de quem tem direito de um determinado Estado. (GUIBERNAU, 1997).

A ilustração do conceito de raça permite-me importar, de modo sucinto, o ensaio erudito e fascinante da obra “Orientalismo”, de Said, cuja pesquisa vislumbrou o pensamento ocidental sobre resto do mundo, rompendo os paradigmas existentes, pela sua idéia inovadora. Os europeus criaram esses discursos para dominar o mundo, durante a expansão colonial. Foi um mito para inferiorizar o resto dos continentes, sobretudo no que se trata do modelo de civilização, de modo que o único homem civilizado do planeta era o homem europeu.

Portanto, o homem europeu se identificava como homem da civilização, o detentor da verdade e superior a todos os homens africanos, americanos, orientais. A idéia do orientalismo surgiu eminentemente no sentido de romper essa falsa concepção. A obra criou matriz do pensamento e de ação conhecida pelo orientalismo, utilizando como modelo de experiência britânico e francesa com o oriente, particularmente do islã e com os árabes.

Hoje, pareceu-me que esse conceito foi escrito por um homem africano, o que me levou a ressaltar este fato, foi o de considerar a incapacidade do negro em qualquer aspecto da organização como um estereótipo criado pelo homem branco. Até entre os próprios africanos, existe uma diferenciação entre os grupos étnicos, na medida em que um grupo é considerado superior aos outros, ou que se identifica como melhor do que todos os outros.

Novamente em relação ao conceito de orientalismo, a questão levantada que repercute no cotidiano, sobre o direito de superioridade assumido pelo ocidente sobre o oriente, não tinha algo de importante que pudesse sair de outro continente diferente do europeu, tudo que viesse de fora era considerado inferior pelo homem europeu. Para se estabelecer no continente americano na exploração de matérias primas, tinha-se que buscar o homem africano, que era considerado sem alma e infiel a cristo.

Não estou assumindo nenhuma atitude de superioridade. Mas eu peço [a Robertson e a qualquer outro] [...] que tenha até mesmo o mais superficial conhecimento de história, que olhe de frente para os fatos com os quais um estadista britânico tem lidar quando está em uma posição de supremacia com relação a grandes raças como os habitantes do Egito e países do Leste. Conhecemos a civilização do Egito melhor que a de qualquer outro país. Conhecemo-la mais para trás no passado; conhecemo-la mais intimamente; sabemos mais sobre ela. Ela vai muito além da insignificante extensão da história da nossa raça, que se Perde no período pré-história em uma época em que a civilização Egípcia tinha já passado a plenitude. Olhe para todos os países orientais. Não falem de inferioridade ou de superioridade. (SAID, 1990, p. 42. Grifo do Autor).

v. A Profissão como Identidade

Ao longo da história humana, a humanidade procura a sua sobrevivência em todos os grupos, exista divisão das tarefas entre os sexos. Os homens deslocavam-se de lugares em lugares para caçar os animais, deixavam em

casa as mulheres e as crianças, e saiam em busca de alimentos. A profissão desde sociedades primitivas desempenhou um papel importante na organização social. A profissão assume uma identidade que permite classificar como vivem os indivíduos nas suas comunidades e nas suas rotinas cotidianas.

Portanto, de acordo com a “Divisão do Trabalho Social” de Durkheim, que estabelece papel importantíssimo para os agrupamentos profissionais e como estes estão inseridos e desempenham suas ações nas organizações sociais das comunidades contemporâneas. Nestas sociedades contemplava-se inúmeras profissões morais tais como: Advogado e do Magistrado, Soldado, Professor, Médico e do Padre.

Ademais, a maioria dessas prescrições é desprovida de qualquer caráter jurídico; elas são sancionadas tão somente pela opinião pública, não pela lei, e sabemos quanto à opinião se mostra indulgente para com a maneira como essas vagas obrigações são cumpridas. (DURKHEIM, 2004, p. VI)

É necessário descrever os atos mais críticos visto com frequência deixados pelo caráter, que discute entre o que é permitido e o que não é permitido, o que é real e o que não é real, são construções da nossa visão social que delimitam tais representações. De modo que a moral é tão necessária e precisa para obter uma disciplina, para tal a vida coletiva é a maior parte sublinhada por ações moderadas de normas que regem a coletividade. Porém, a falta de normas reconduz a um conflito em que os mais fracos acabam por se submeter aos mais fortes, e com esta anomia isto é falta de normas, é de salientar que esta situação não favorece o desenvolvimento da liberdade individual.

Com nova aceleração do mundo, o sistema hoje e particularmente nos últimos dois séculos, houve um abandono das classes inferiores diante destes fatos vividos, embora tenham sido criadas tantas normas, estas não foram efetivamente vivenciadas. Somente as funções científicas estão em prioridade e uma disputa enorme enquanto são detentores das verdades. De forma que ao analisarmos com calma encontraremos a estrutura e os componentes que constituem a nossa sociedade hoje. Esta é completamente uma sociedade no plano do mercado. (DURKHEIM, 2004)

É de salientar que, a obra *Divisão do Trabalho Social* não deixa de contribuir para o entendimento do impacto do capitalismo nas sociedades africanas. Uma sociedade de consumo, com tudo que vem do mundo ocidental, deixou, mas influenciou na construção a sua identidade. As profissões tinham papéis transformadores das faixas etárias e das relações sociais entre os indivíduos, a relação se torna uma regra de conduta e o que o grupo consagra como autoridade.

A atividade de uma profissão só pode ser regulamentada eficazmente por um grupo próximo o bastante dessa mesma profissão Para conhecer bem seu funcionamento, para sentir todas as suas necessidades e poder seguir todas as variações destas. O único grupo que corresponde a essas condições é o que seria formado por todos os agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo. É o que se chama de corporação ou grupo profissional. (DURKHEIM, 2004, p. X-XI)

Sem maior dúvida, os indivíduos que se encontram na mesma indústria constituem uma relação mútua por causa de suas ocupações similares. A disputa entre eles coloca-os em relação. Mas essa relação não foi estabelecida por nenhuma regra de convivência, a maior parte desta convivência é de caráter totalmente individual. *“Excepcionalmente, vemos todos os membros de uma mesma profissão reunirem em congresso para tratar de alguma questão de interesse geral...”* (DURKHEIM, 2004, p. XI). Embora os únicos agrupamentos adotados como referência hoje, são os sindicatos, seja de patrões ou de operários, de qualquer forma temos uma identidade profissional, por meio das suas organizações, ainda bastante unificadas.

Para que um ato e um direito profissional possam se estabelecer nas diferentes profissões econômicas, é importante que as corporações mantenham-nas unidas sem desordem e que se tornem agregados de grupos estabelecidos e organizados numa única palavra e organização pública. O caráter dessa identidade modificou-se ao longo dos processos civilizatórios, de modo que, a cada realidade imposta pelo mundo econômico às profissões, estas adaptam-se a novas realidades e criam-se novos impactos no campo social. Porém, nada mais, nada menos, o mercado se desloca em busca de novas tendências de mão de obra qualificada.

Ao diagnosticar as profissões encontradas e os seus processos de desenvolvimento, diante dessas novas realidades, percebe-se que no passado eram outras. Na medida em que os homens hoje vivem as profissões em corporações, as profissões adquiriram caráter individualista. Os fenômenos das corporações surgiram na Europa, nos séculos XVI e XVII, momento em que os artesãos começaram a sentir a importância de unirem-se e criarem associações.

É visto que nos grupos e nas profissões, constroem-se poder moral capaz de rejeitar o egoísmo individual e assegurar o sentimento mais ativo de relação de solidariedade. De fato, proíbe-se a lei dos mais fortes controlar os fracos nas relações comerciais e industriais. As profissões desempenharam papel de moralização nas relações dos indivíduos nas indústrias e nas corporações.

Em certos momentos, as corporações assumiram as características religiosas. Uniam os indivíduos para celebrar o culto dos seus Deuses e dedicavam um tempo especial para tais celebrações. Os colégios dos artesãos eram ao mesmo tempo colégios e funerárias. Os indivíduos dessas corporações estabeleciam relações recíprocas de deveres, como patrões e como operários. Era uma verdadeira norma que não poderia ser acordado nos dias de hoje, mas pelo acordo moral da época, julgava-se ato correto. Portanto, o que era incontestável nas corporações, era a preocupação de todos, de interesse corporativo, de forma bem ou mal compreendida, nada mais importava.

Sem dúvida, chegou certo momento em que as normas passaram a não ter o mesmo rigor, na medida em que os patrões se preocupavam em garantir os seus privilégios a guardar um bom nome da profissão e a honestidade de seus membros. Em qualquer situação, não há instituição que num dado momento não ocorra substituição do fracasso pela mudança, mas o que importa é satisfazer o seu serviço. Portanto, voltando à questão da religião, toda comunidade religiosa cria um ambiente moral, do mesmo modo toda a disciplina moral tende necessariamente a adaptar uma forma religiosa. Os indivíduos se associam, às vezes, não pela mesma finalidade, mas pelo motivo de não perder, pela ação social, o prazer de comungar com vários indivíduos para levar juntos uma mesma vida moral.

i. Os Desafios da Globalização na África

De maneira muito genérica, a globalização da economia pode ser determinada com a integração das diferentes economias no mundo, por meio do comércio, dos movimentos financeiros, do intercâmbio de tecnologia e informação e do fluxo das pessoas. A idéia para integração está claramente refletida no que trata da importância do crescimento do comércio internacional e dos movimentos de capital na economia mundial. Por outro lado, a globalização se reflete na revolução dos meios de comunicação e na tecnologia de transporte e em maiores mecanismos de informação que permitem aos indivíduos embasar-se nas suas escolhas.

De acordo com essa tendência, a África não deixou de participar desse processo de transformação do mundo e da busca de homogeneidade da economia, cultura e da tecnologia de informação. Portanto, a globalização continuou a reforçar a idéia da independência entre os países africanos, ela também contribuiu para o aprofundamento dos laços de cooperação e dependência entre a África e o resto do mundo.

Na qual esses países continuam abrir os seus mercados para produtos e serviços nos quais a África tem uma real vantagem comparativa. Mas, dentre os principais desafios enfrentados pelos países africanos está o de desenhar políticas que maximizem os potenciais benefícios da globalização e ao mesmo tempo minimizarem os riscos de marginalização. Algumas dessas políticas mencionadas têm vigorado em apenas alguns países africanos.

Mas também há riscos da globalização, como a aptidão do capital em procura dos mercados mais eficientes e a necessidade de produtos e consumidores de cederem às fontes de maior concorrência. Imagine como pode concorrer os produtos africanos com menor tecnologia? As estruturas econômicas africanas são ineficientes. Entretanto o continente africano é um palco de consumo dos produtos qualificados.

Portanto, os principais desafios atualmente do continente africano são: manter a estabilidade macroeconômica e acelerar a reforma estrutural na medida em

que o continente estará disposto a recorrer à segunda fase com o assunto de manutenção da economia e permanentemente manter uma política estruturada a fim de evitar choques externos. Os governos devem priorizar o investimento no capital humano, especialmente na saúde e na educação, mas também não devem deixar de lado, sem assegurar, os serviços públicos, nomeadamente, a rede de transporte pública, a de energia, e a de água.

Reformar o setor financeiro, na medida em que pode mobilizar a poupança e utilizá-la para o aprofundamento financeiro que os países precisam. Prosseguir numa boa governança que reforçará a confiança e as oportunidades com seus parceiros internacionais no âmbito das empresas multinacionais e a participação da sociedade civil, da qual os governos encorajaram ativamente a participação desta nos debates sobre a política econômica e procurar um vasto apoio da população para os esforços de ajustar as coisas. (MORAIS, 1998).

Na África, existem duas principais características ou fenômenos que permitem a leitura da globalização no continente: o fenômeno do NEPAD e da UNIÃO AFRICANA são elementos que possuem a linha do pensamento africano no que tange ao processo da globalização. A NEPAD é uma iniciativa continental abrangente e integral de ação baseada na promoção de parcerias entre os setores públicos e privado para a concretização de programas socioeconômicos da UA. Da qual existe um secretariado, responsável pela mobilização de recursos financeiros e materiais, recursos que estão destinados aos governos das nações para as implementações dos programas dos países que fazem parte da integração regional e harmoniosa.

A NEPAD é um processo, e como tal, seguiu-se às etapas, que atualmente ocorrem concomitantemente devido às diferenças entre seus países. Portanto, é uma organização em fase de diálogo voltada aos organismos governamentais e não governamentais, principalmente, para o setor empresarial com interesses no continente. E, na segunda fase, esperando a participação de todos, da qual serão estudadas e executadas as soluções sustentáveis para que a África possa ultrapassar todos os obstáculos que ainda desafia o desenvolvimento econômico e social do continente. (BULE, 2005).

A globalização não foi um fenômeno recente, desde sempre nas sociedades primitivas não compactuaram a autonomia total. Os indivíduos desde o início ofereceram contribuição na economia mundial antes do surgimento das Nações modernas. Tanto os Estados nacionais, como a globalização produz uma identidade entre as regiões ou blocos econômicos e políticos como fatores da modernidade. Ambos criaram desintegração das idéias locais, e incorporação às novas idéias da modernidade, as idéias nacionais mergulharam em total crise e todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço.

A globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. (HALL, 2005, p. 67).

III. FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES, DO NACIONALISMO E DAS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA NOS PAÍSES AFRICANOS.

O progresso do padrão e o seu papel na consolidação das línguas clássicas ou estrangeiras, segundo Guibernau analisou, foi consequência do impacto da educação e dos seus graus de alfabetização no velho continente no século XIX, associado aos avanços do nacionalismo. Num segundo aspecto, Guibernau estabeleceu relação entre identidade nacional e cultura, ilustrando que a nação é o contexto sócio-histórico da qual a cultura se conecta, cultivando investimento emocional dos indivíduos como elementos da sua cultura, como um fator necessário e dominante pelo nacionalismo.

Também abordou nos traços da identidade, ligados ao surgimento da consciência nacional. E, por fim, no terceiro aspecto, Guibernau questiona o poder do nacionalismo que se pautou na criação de um senso comum entre os membros do grupo, analisando o papel desempenhado pelo simbolismo e pela cerimônia na reflexão e discurso dos sentimentos nacionalistas. (GUIBERNAU, 1997).

No mundo, o nacionalismo é um fenômeno surpreendente e poderoso, pois desde o seu surgimento, na Europa Ocidental motivou solidariedade entre muitos países. Portanto, hoje, o nacionalismo possui uma característica de unidade nacional entre as nações. A força da integração da União Europeia como exemplo que constatou o emblema dos sentimentos nacionalistas de minorias, em relação a políticas e culturas das minorias étnicas que abordaram a capacidade dessas minorias de desenvolver e fortificar suas identidades dentro de uma nova Europa. A integração europeia também suscitou problema contrário, quanto à possibilidade de origem de uma identidade europeia a partir da particularidade da diferença.

Até aqui Guibernau apresentou uma análise da dimensão política do nacionalismo como um fenômeno moderno que associou à ascensão do Estado nacional no século XVIII, focalizou o surgimento da identidade nacional e reagrupou o nacionalismo com um interesse específico da identidade coletiva, todos como condição de modernidade.

Ainda segundo Guibernau (1997), existem três abordagens principais de interpretação pela doutrina. A primeira direciona-se ao caráter da não mudança da nação, a que atribuiu a uma crença. A segunda e a terceira constituíram as abordagens abstratas e teóricas. Buscam alicerçar a superfície do nacionalismo para descobrir uma realidade individualista e responsável nesse processo. A busca de inovação, o progresso de novas formas de comunicação e o assunto em fatores econômicos estão entre os elementos que o segundo princípio aborda. Quanto à terceira, desenvolveu teorias psicológicas ligadas às necessidades que os indivíduos têm de participar numa coletividade com a qual se identifica.

A idéia das crenças não é claramente uma concepção do nacionalismo, mas uma explicação constante dos próprios símbolos nacionalistas. Assim como o romantismo, o nacionalismo é considerado uma nação como entidade natural. Portanto, uma língua e cultura individual assumem o papel que cada nação tem de confrontar ao longo da história. Embora o assunto seja colocado mais nos aspectos emocionais do que em graus econômico, social e político.

O progresso das comunicações internas nos Estados é algo importante para a criação de uma identidade política e moral, porque a nacionalidade significa o alinhamento de uma multidão de indivíduos das classes médias e mais baixas, ligadas aos meios regionais e aos grupos sociais e ao intercâmbio econômico, de forma direta ou indireta. O nacionalismo é um sentimento que envolve certos complexos de idéias diferentes a respeito do indivíduo, da sociedade e da política. No entanto, não há como qualquer povo falar a mesma língua, pertencer à mesma raça e desfrutar do mesmo governo sem criar a sua identidade.

A explicação dos economistas sobre a teoria da identidade nacional desenvolveu-se dentro do preceito marxista, mas não se limitou a descrever a questão nacional de acordo com Guibernau. O nacionalismo como produto de progresso desigual de regiões no quadro da economia capitalista mundial é um efeito da expansão do capitalismo. O capitalismo espalhou-se e destruiu as primitivas formações sociais que o mundo desfrutava.

O capitalismo foi um fato inédito e elementar no pensamento nacionalista, embora, em certos casos específicos, as divisões entre as nações, não permitissem que o nacionalismo se operasse nos outros países da mesma forma que se deu na Europa. Mas exerceram as mesmas funções. Anderson define “*a nação como uma comunidade imaginada, limitada soberana e digna de sacrifícios*”. (GUIBERNAU, 1997). O nacionalismo deveria ser compreendido como a associação entre indivíduos e não devido a ideologias políticas constrangidas e mantidas.

Guibernau afirma que as contribuições de Smith e de Anderson são relevantes para uma compreensão mais completa do nacionalismo e que cada teoria é deficiente em certas explicações cruciais para a interpretação ambígua de um fenômeno tão poderoso no contemporâneo. Considerou nacionalismo uma ideologia decorrente da ascensão do Estado nacional e comprometida com idéias a respeito da soberania popular e da democracia, solicitadas pela revolução francesa e pela americana.

Hoje, a natureza fragmentada dos questionamentos do nacionalismo tem origem na sua incapacidade para confrontar os dois atributos fundamentais: o comportamento político do nacionalismo como uma ideologia que esteja em defesa da nação; que a crença do Estado e nação deva estar em harmonia, o que possibilita a capacidade de ser provedor de identidade para indivíduos e constituir um grupo baseado numa cultura, em projeto para os futuros comuns. A força do nacionalismo está na habilidade para engendrar a solidariedade entre os pertencimentos de uma comunidade específica. Os seus símbolos e ritos configuram um grande papel no cultivo de um senso de sentimentos entre os membros do grupo.

Ao fim do século XV, as máquinas de impressão são sucesso na maior parte do velho continente, sendo sua responsabilidade produzir escrita para uso da Igreja, do direito, medicina e comércio. A imprensa assumiu papel importantíssimo no progresso da língua alemã, no processo de unificação e consolidação do Estado alemão. O desenvolvimento das línguas modernas faz com que os países atinjam um desenvolvimento definitivo. Entretanto, nos

relatos da história, a Alemanha foi um dos Países Europeu que construiu a identidade nação nos últimos tempos, em comparação a Portugal e Espanha.

O aparecimento de monarquias nacionais centralizadoras, no século XVI, favoreceu a tendência em direção a uma língua nacional unificada. A impressão ajudou a tornar a línguas nacionais cada vez mais refinadas como modos de expressão. No século XVI, os vernáculos estabeleceram definitivamente sua pretensão de serem línguas com uma literatura independente. (GUIBERNAU, 1997, p. 76)

Portanto, antes da metade do século XV, a possibilidade de ler e escrever resumia-se somente aos mercadores prósperos, a nobreza e ao clero. Assim, as línguas constituíram um vínculo importante na formação da identidade nacional e como melhor momento da administração da unidade entre os membros do mesmo grupo não só na Europa, mas em todo planeta. Já no século XIX, é muito comum um fato deste salientar as idéias para a formação de uma comunidade cujos membros fossem facilmente identificados por sua capacidade de se comunicar entre si.

Com o avanço da imprensa como mercadoria, surgiram as idéias inteiramente novas, de modo que tornou as comunidades dialogantes dos assuntos dos seus tempos. A partir desse fato, as nações tornaram-se tão famosas, além dos fatores envolventes, múltiplos e complexos. Partindo desses pressupostos, o capitalismo ganhou grande impulso a partir do desenvolvimento da imprensa e da publicação de inúmeros livros. (ANDERSON, 1989).

Pois por mais que o capitalismo fosse capaz de suprimir a necessidade humana, contribuiu na morte das línguas adversárias. Mas, mesmo com a morte da língua latina, não haveria possibilidade de unificação lingüística geral do homem. O essencial é a influência entre fatalidade e tecnologia e o capitalismo.

A falta de conhecimento de uma língua dificulta a comunicação entre os indivíduos de uma comunidade e também de se inserir em comunidades diferentes. Toda a sua complexidade reside em não conseguir comunicar com os membros dessa comunidade. Portanto, o desenvolvimento das línguas vernáculos assumiu papel significativo na criação da imagem de pertencimento de uma comunidade. A consciência nacional provém de valores, tradições,

lembranças do passado e planos para o futuro comum, da qual uma cultura particular busca e pensa numa língua particular.

Antes de tratar o problema em questão Anderson, primeiramente, buscou compreender o conceito de nação, oferecendo uma resposta viável, por meio do nacionalismo e tem, muitas vezes, alcançado respostas satisfatórias. No entanto, segundo Anderson, é preciso olhar o passado, trouxe à modernidade das nações nos olhos de nacionalistas, de modo que aconteceu a universalidade das nações como conceito sociocultural no mundo moderno.

Anderson adota a nação é uma comunidade política imaginada, e com a imaginação compõe uma limitação territorial e soberania. *Ela*

É imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão. (ANDERSON, 1989, p. 14)

Os nacionalistas jamais sonhariam que um dia que a humanidade poderiam se juntar numa mesma nação. De modo inverso, na época dos cristãos, sonhavam com um planeta inteiramente cristão. A imaginada nação como soberania vem sendo conceito desde que o iluminismo e a Revolução Francesa dissolveram as prerrogativas do rei, a sua estratificação divinamente instituída.

ii. A Formação das Identidades nos Países Africanos.

Um dos laços mais importantes para mudar o contorno do mundo, são os apelos étnicos entre os membros de certas comunidades a que faltam instruções políticas próprias. No argumento, de Guibernau, o nacionalismo articulada em nações sem estado, de acordo com uma análise do plano apresentado pelas minorias nacionais é de renegar a política de homogeneização dos estados.

A idéia do Estado sem nação atribuiu-se plenamente aos Países do terceiro mundo, onde, na maior parte dos casos, não tem nenhum sentido em que uma nação antecede ao surgimento do Estado. De acordo com a teoria de

Guibernau, que afirma que o desenvolvimento do nacionalismo no terceiro mundo, aconteceu depois que esta idéia foi exportada da Europa para África.

Encontram-se diferentes estudos sobre os movimentos nacionais desses Países e que se empenharam na luta pela independência, subseqüentemente transformaram o nacionalismo num discurso político empregados pelos novos dirigentes, em sua tentativa de construir uma nação que pudesse manter a aceitação do Estado que herdaram da época colonial.

O impacto da tecnologia industrial nas operações de guerra e nas comunicações favorece os encaminhamentos relativamente rápidos por meio dos quais as potencias européias mais importantes conquistaram as terras do chamado terceiro mundo no século XIX e início do século XX. (GUIBERNAU, 1997, p. 127)

De acordo com Guibernau, os reinos e impérios existentes no continente africano foram derrotados e, em muitos casos, destruídos. Os novos estados denominados estados coloniais ou protetorados foram criados para substituir os estados destruídos. As autoridades coloniais deram novos nomes aos estados criados, traçaram seus limites e construíram suas capitânias, estabeleceram uma nova administração central e instituições políticas deslocadas aos seus interesses econômicos, prestígios e suas prerrogativas. Tal impacto resultou na medida em que cada colônia era um ajuntamento de povos e velhos estados, ou descentralização desses povos, reuniram-se dentro do mesmo território.

Cada fronteira desses povos veio a incluir um alicerce de diferentes comunidades étnicas e tribais. Um sistema territorial baseado em autoridades poliétnicas tornou-se hoje a norma dos países africanos. De modo que só nos países africanos conferem a legitimidade a estados que não se constituíram sobre nenhuma outra base, quer seja no sentimento popular, quer pela formação das comunidades culturais. Os estados africanos, atualmente, assumem legitimidade conferida pelo próprio âmbito político, onde esses políticos se ao justificam e justificam seus atos, afirmando que são leis.

Os estados africanos são herdeiros e beneficiários da norma imperial européia. O caráter destes Estados assume a responsabilidade por muitas das anomias presentes, e pelos maiores problemas enfrentados por esses estados no

século XX, como guerras, fome, doenças falta de empregos como fatores das suas fragilidades.

Os estados novos criados começaram uma luta para substituir os laços dos estados pré-coloniais por sentimentos de uma identidade e lealdade novas. No entanto, o conceito de soberania interna e de cidadania exportado do mundo ocidental necessitava de uma assimilação pelos povos africanos por uma população multiétnica que em muitos casos precisava de um processo de educação, da qual o papel do Estado foi de enorme importância.

Toda alegria que acompanhou a manifestação da liberdade desejou após a independência logo se transformou em amargura. A independência tem sido oponente de um estado democrático, uma ironia. Os motivos dessa situação assentam-se na incapacidade dos novos estados africanos de minar os atrasos econômicos e na dificuldade de criar uma sociedade civil participativa, o que dificultado pela maneira heterogênea com que a população se relaciona com o Estado.

Uma vez que o Estado alcançou a independência, precisava de consolidação econômica, da qual a maior parte dos países africanos não alcançou tais melhorias depois da Independência. Na medida em que o desenvolvimento econômico não era somente questões técnicas, exigia uma política, mas abrangente onde os governos deveriam criar estratégias viáveis e ao mesmo tempo em que avançassem em direção á modernidade.

Portanto, no ano de 1945, os Estados Unidos e a União Soviética, disputaram a atenção dos países do terceiro mundo. O modo de produção capitalista e a teoria do marxismo-leninismo consideravam a industrialização da sociedade um objetivo comum. Esta foi uma característica que foi dificilmente entendida e que não trouxe uma alternativa, na medida em que a industrialização era uma característica da modernidade, como recomendação e pré-requisito para a moderna condição do Estado e cuja ausência era um desafio e uma vergonha para os países africanos.

No entanto, para a África, a maioria dos países penetrou o mundo ocidental para poder tornar-se independentes. Os Estados africanos são produto de pura

imitação política e social europeia, porém, tais Estados têm sido um fracasso, na medida em que houve formação de partidos únicos e regimes militares autoritários que utilizaram-se do carisma dos chefes africanos tradicionais.

Esses países se tornaram modernos com a ajuda dos Régulos, pelo derramamento de sangue, pela luta da missão civilizatória do colonialismo. *“As circunstâncias históricas, sociais, políticos e econômicos que levaram ao estabelecimento do estado nacional na África não têm nenhum paralelo com o contexto no qual o estado nacional emergiu na Europa ocidental”*. (GUIBERNAU, 1997, p. 129)

No primeiro caso, a dualidade entre os costumes e a modernidade, a industrialização, estilo de vida e valores ocidentais foram conduzidas por uma série de fatores, grupos integrados dentro do estado e com ausência de uma sociedade civil coerente revelaram-se um dos maiores obstáculos na garantia de estabilidade do estado nacional.

Com o distanciamento na formação da estrutura do Estado e de uma população cada vez mais excluída, dominados por poderosos laços étnicos e pela formação de costumes tradicionais, demonstram o distanciamento existente entre os cidadãos do mesmo Estado. O atraso econômico é uma natureza profunda da maior parte dos estados africanos, e é responsável pelo fracasso na integração das diversas tribos e grupos étnicos numa formação nacional que viabilizasse procedimentos concretos na construção da cidadania para todos os africanos.

iii. O Nacionalismo Africano, como Luta pela Independência

Antes do surgimento do nacionalismo, que foi a ideologia que permitiu a luta pela independência dos países africanos, já existia vários grupos de resistência chamados movimentos milenares. Eles não tinham o conceito central de nação moderna, eram grupos de resistência organizados para se opor contra a dominação europeia.

Agiam constantemente com uma conduta para denunciar idéias pan-negristas e como sentido da dignidade africana e que sustentaram os sentimentos pan-

africanos e auxiliavam a instruir uma nova geração de líderes religiosos africanos mergulhados em idéias da nascente consciência negra.

Os movimentos milenares africanos tinham objetivos de denunciar a infiltração europeia e ajudar no crescimento dos sentimentos nacionalistas, embora não tivessem ideologias e nem um conceito moderno de nação. O maior motivo para o progresso de um nacionalismo capaz de procurar independência dos estados africanos foi inspirado pelos acontecimentos em torno da Segunda Guerra Mundial, entre 1939 a 1945.

Imagine o impacto sobre milhões de pessoas às quais fora ensinado e dito por muitas décadas que não eram capazes de se governar a si mesma, que haviam sido criadas para serem governadas somente pela raça branca, que seu lugar sob o sol era de uma cidadania de segunda ou terceira classe, em sua terra natal, que só eram iguais entre si mesmas, mas nunca a qualquer povo além do seu próprio, e que a sua função principal era puxar água e cortar lenha para os estrangeiros que as governavam. E então, uma organização internacional inverte a orientação inteira, dizendo-lhes que elas eram iguais a todos as outras, e estavam aptas para o autogoverno, a liberdade e a independência, e a cidadania de primeira classe, e que elas existiam para promover seus próprios fins, não os dos outros. (SITHOOLE *apud* GUIBERNAU, 1997, p. 130-131)

A partir de 1945, a carta das Nações Unidas contribuiu essencialmente para apoiar os movimentos nacionalistas africanos, reconheceu os direitos desses povos à suas escolhas políticas e a sua autodeterminação. No quinto congresso Pan-Africano na Inglaterra (1945), afirmou-se o direito de todos os povos a controlar o seu próprio destino, sobretudo a exigência de autonomia e independência para os países africanos. Durante a década de 1920, o crescimento da consciência nacional na África foi influenciado pelas revoltas dos negros americanos contra a exclusão, opressão e a discriminação racial nos Estados Unidos.

Nesse período, os movimentos nacionalistas receberam novos estímulos de menor número de pessoas africanas educadas de acordo com os valores e padrões do mundo ocidental. Portanto, essas elites recorreram principalmente às concepções nacionalistas e democráticas inglesas e francesas. Foram ocidentalizados nos princípios e valores e formaram novos grupos que se colocavam aos anteriores chefes rurais e castas coloniais. As idéias formaram outra realidade, que já tinha sido rejeitado pelo cristianismo nos primeiros momentos das descobertas, das quais o negro não tem alma, é um animal.

A expansão do cristianismo contribuiu para expandir as idéias de igualdade social e solidariedade que poderiam ser um caminho para os novos líderes se consolidarem. Na medida em que a nova religião ocidental tornou-se o grande adversário das religiões tradicionais africanas, que em certos momentos foram relegadas e foram colocadas no segundo plano.

As elites africanas, de modo geral não concordavam de maneira nenhuma, como os europeus que lhes tratavam discriminadamente e os excluíram dos processos de elaboração das decisões das quais pertenciam o futuro dos seus próprios países. A exclusão sofrida pelas elites africanas permitiu aos grupos nacionais elaborar em um discurso capaz de legitimar seu direito a controlar os próprios negócios de seu solo. Outro elemento importante na edificação da idéia nacionalista foi a contribuição das propagações das idéias para independência na África, foi o crescimento de uma empresa africana, que se tornou vulgar nas zonas urbanas criadas pelo colonialismo favorecer mais informação.

No entanto, os três aspectos básicos que foram afirmados pelos líderes africanos, enquanto representantes do nacionalismo africano no período de 1945 a 1960, são: “... *O caráter territorial dos novos estados, a aceitação da democracia como uma idéia política que inspira os estados emergentes, e o desenvolvimento do pan-africanismo*”. (GUIBERNAU, 1997, p. 132).

As funções do território dos países africanos foram inseridas na aceitação da divisão arbitrária das terras africanas. Os partidos nacionalistas estiveram longe das suas idéias para destituir os estados e fronteiras traçados pelas metrópoles colonialistas e, decidiram combater a dominação e o colonialismo, mas ao mesmo tempo resolveram manter as fronteiras traçadas. Pelos europeus essas medidas dos reconhecimentos das fronteiras possibilitaram as revoltas dos grupos étnicos dentro desses Estados, mas impossibilitaram a organização de movimentos para a independência. De fato, a escolha anticolonial, não é na verdade, uma determinação nacional, pois é baseada na colônia e não na nação.

A independência nos países africanos trouxe uma mudança nos corpos dos governos, mas em alguns casos deixou os valores e a estrutura de um Estado

burocrático Weberiano e centralizado, esta teoria foi desenvolvida dentro da administração em volta dos anos 1940, entretanto, quantitativa e qualitativa em função das tarefas administração do Estado moderno. (GRIFO DO AUTOR).

É muito difícil encontrar a experiência que ocorreu na África, só na África pós-colonial, foram restabelecidas as afinidades entre democracia e nacionalismo e entre os direitos humanos e a Independência. O que tendo visto nos países que alcançaram a independência na década de 1960, tiveram experiências democráticas por um curto período do tempo e os que tornaram-se independentes na década de 1970, criaram uma escolha nacional e uma oportunidade de formar um governo nacional e que não fosse democrático.

O Pan-africanismo como uma identidade comum das pessoas de origem africana que descobriram seu destino comum e que exigem ser tratadas como iguais aos homens das outras raças. O pan-africanismo emergiu como uma reação à doutrina de inferioridade racial existente no cerne do colonialismo. (SITHOLE & GUIBERNAU, 1997, p.133-134).

iv. O Nacionalismo Africano Depois da Independência

O sentimento anti-europeu, ou anti-metropolitano sempre existe na África desde período colonial: a luta pela liberdade da dominação europeia e a independência para seus países sempre foi um objetivo bem delimitado. De tal modo, a mensagem foi recebida com sucesso e com consentimento de todos no meio de uma população diversificada, que em certo momento uniu-se para uma luta comum contra os imperialistas.

Quando as independências foram alcançadas, os líderes sofreram derrotas das suas idéias, focadas apenas na independência. Enfrentaram inúmeros problemas que se estenderam desde a necessidade de garantir a unidade nacional, que muitos países tinham pensado, até a satisfação de obter uma economia bem sucedida para seu povo. A falta de programas sociais e planejamentos econômicos não possibilitaram a mudança econômica dos novos estados, de modo que importaram normas rígidas europeias para os controles dos novos estados. Entretanto, as preocupações, antes de ordem política, mudaram seus focos da cidadania para questões econômicas.

O preconceito racial e cultural desempenha um papel de reduzir os indivíduos participantes da administração colonial. Porém, os africanos não foram admitidos para participar dos cargos de maior importância no exercício da administração pública até o final da descolonização. A burguesia africana não se materializou apenas ao final da década de 1960, em alguns países, consolidou-se a idéia de burguesia. Os governantes africanos defendiam a integridade dos seus estados e retomaram as idéias do pan-africanismo, numa tentativa de transformar os efeitos psicológicos e morais do preconceito e da discriminação coloniais.

Os discursos sociopolíticos, antes da independência, dos líderes africanos contribuíram para a exaltação dos seus poderes, tornando-os grandes profetas libertadores. O caráter religioso dos líderes africanos foi enfraquecido devido ao não cumprimento de suas promessas. Foi um grande momento desses homens manterem os seus poderes e a estrutura colonial que lhes favoreceram e mantiveram os seus privilégios. O fracasso dos governos e das instituições contribuiu para uma elevada crítica contra todos os tipos de oposição partidária, assim como os movimentos que alcançaram independência de minorias étnicas nos Estados estabelecidos.

Os conflitos étnicos nos países africanos surgiram devido a certos grupos étnicos terem produzido indivíduos altamente capacitados na educação, ou formaram um grande número de indivíduos com valores ocidentais, ou ainda, com poderes políticos, na medida em que os outros sentiam-se ameaçados e inferiorizados pelo domínio desses grupos.

Os governantes dos países africanos descolonizados também lidaram com as instituições pré-coloniais, os reis e os chefes. Grande parte das colônias francesas tinha instituições fracas, no entanto, nas colônias britânicas as posições sociais tradicionais do poder eram consideradas valiosas. Embora os líderes africanos não colaborassem com chefes tribais, defendiam fortemente uma estrutura herdada dos europeus.

A maior dificuldade encontrada pelos intelectuais e governantes nacionalistas pós- independência deu-se devido a não criação de um símbolo de unidade nacional para legitimar o Estado. No entanto, foi desencadeada uma revolução

de idéias culturais e de conhecimentos políticos. Os líderes africanos tentaram transformar a estrutura simbólica dos nativos introduzindo valores ocidentais sem um processo de socialização correspondente, o gerou uma tragédia entre os grupos étnicos. *“Uma identidade nacional comum que contém os mitos e símbolos em torno dos quais o povo podia ser unido foi exigida para conferir significação às atividades do estado e, por extensão, à vida civil de seus cidadãos”*. (GEERTZ *apud* GUIBERNAU, 1997, p. 136).

Uma grande ênfase desta questão é: as nações africanas venceram nas bases de comunidades políticas, não nas étnicas. Os governantes empenharam-se no processo de edificação da nação e apreenderam-na por meio da integração da difusão de uma cultura comum. De forma que a integração envolve todos os grupos étnicos para uma assimilação de uma única língua e de uma cultural homogênea.

Enfim, cultura e língua não são os únicos elementos mobilizadores na construção de uma nação africana. A tomada de consciência da força da cultura como um todo desenvolveu um papel significativo na formação e auto-afirmação de grupos, dos cidadãos do Estado, de preparar os projetos políticos comuns com relação a seu futuro e tentar fortalecer e enfatizar as experiências passadas. Os governantes coloniais instrumentalizaram os povos africanos com as divisões étnico-tribais e religiosas na sociedade, de acordo com o poder político de dividir para dominar. Trata-se agora de encontrar formas de união entre os vários grupos, buscando a consolidação de uma nação forte, independente e democrático.

IV. FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL GUINEENSE

i. Elementos Aglutinadores

1. A Língua Crioula

De que modo sucede a formação de uma identidade nacional? E como se definem historicamente os percursos que caracterizam a definição e a prática dessa solidariedade coletiva dentro de um contexto específico? Em qualquer sentido esses processos me deixaram em dúvida de como discutir sobre a identidade nacional da Guiné-Bissau na contemporaneidade.

De acordo com o argumento de Couto, o crioulo pela sua definição é muito complexo. Para a maioria dos estudiosos lingüísticos, particularmente Couto, o crioulo serve de refugio ou negação a algo que seria a língua portuguesa dos colonizadores. Porém, as comunidades nativas na tentativa de reconhecer a fala da língua portuguesa elaboraram o crioulo. Nas comunidades a adaptação da nova língua foi rapidamente aceita. Segundo Couto, vários estudiosos da língua crioulo enfatizam que o crioulo só é falado pelos africanos. *“Alguns estudiosos chegam a pensar que o português rural brasileiro seria algum tipo de variedade crioulizada do português”*. (COUTO, 1996, p. 32)

O estudo criouloizado foi motivado pela colonização dos portugueses na África, por isso, vale a pena iniciar o percurso do crioulo guineense por meio das primeiras navegações dos portugueses na tentativa de chegar as Índias. As primeiras motivações para as navegações foram o desejo de expandir o comércio, os portugueses não conseguiam manter os seus contatos com os Árabes do oriente, tiveram, por isso, que procurar o caminho marítimo para o oriente por outras vias.

A primeira referência ao que nós chamamos de crioulo ocorreu em 1594, na costa ocidental africana. A língua foi falada pela primeira vez no meio do povo,

pelos Bantus de São Domingos, ao norte da Guiné, região de Cacheu, de acordo com a afirmação de Couto. Os estudiosos afirmavam que o crioulo da Guiné era usado para designar a língua vernacular em uso na região. Em 1567, o termo crioulo já era usado para designar os nascidos na colônia. Não tinham percebido o uso como língua era considerado um dialeto, porque carregava em mente o preconceito do colonizador. O crioulo só chega à língua quando assume contexto radical da independência. Portanto, a própria terminologia da palavra crioulo, é originada do português.

Depois seria encaminhada ao espanhol *criollo*, de onde o inglês retirou *creole*, o francês formou *créole*. Enquanto que no alemão *kreol* provinha da forma inglesa e francesa. A questão da língua crioula continua a ser uma discussão contemporânea para os estudiosos da lingüística. Hoje só reconhecem a importância histórica que esta língua desempenhou como meio de comunicação de determinados povos.

Efetivamente, o crioulo vem de criadouro, que significa deformação do que é original na boca dos pretos. Como se fosse algo para alimentar a opressão dos colonizadores. No Brasil, basicamente, o crioulo veio trazido pelos africanos e em algumas regiões do País a palavra se usa no sentido literal, ou seja, de pessoa criada por alguém, equivalente a filho adotivo, aquele indivíduo que convive com a família, mas não é parente do mesmo sangue.

A identidade nacional é uma classificação de poder simbólico universalizante, cujo caráter apropriado se encontra em constante disputa por discursos políticos dos indivíduos particulares. É, ainda, uma construção do nacionalismo como fruto de conflito entre a pluralidade étnica, além de um antagonismo contra uma civilização ocidental que já assimilou certos estratos nas sociedades.

A partir de um marco teórico pluralista e de uma investigação da literatura guineense sobre o processo de transição política, visa-se aproximar o entendimento sobre como e o que se edifica e o que se exclui sobre a bandeira da identidade nacional neste caso específico. (LOBO, 2008, p. 1)

A Guiné-Bissau é um dos raros países africanos onde as línguas étnicas não se predominaram no cotidiano. E tal fenômeno deu-se sem dúvida à existência

do crioulo guineense. Foi um produto da convivência da língua portuguesa com as línguas oeste-africanas desde os primórdios da presença lusitana na África no século XV.

Durante longo tempo, o *kriol* foi falado particularmente nos centros urbanos guineenses e muito menos utilizado nas zonas rurais. Na realidade a situação se complicou ainda mais, de acordo com Couto, devido a forte presença do francês. A França fez forte investimento no País e além do fato da Guiné-Bissau constituir-se num País de tradição lusófona num berço de tradição francófona. Além disso, o crioulo é falado também no sul do Senegal, na região da Cassamansa, que até 1886, era uma região que fazia parte da Guiné-Portuguesa.

O objetivo geral do trabalho é de apresentar aspectos gerais do crioulo português da Guiné-Bissau como elemento aglutinador na formação da identidade nacional. Apesar de existirem muitos trabalhos sobre o estudo da língua crioula da Guiné, mas nenhum deles serviu-me como fonte de referências básica. Todas as obras dos estudiosos anteriores mergulharam na parte histórica e sócio-cultural do crioulo. De forma que uma fonte de referência global sobre o crioulo guineense ainda não existe no mercado. Portanto, busquei compreender o contexto sócio-histórico em que surgiu o crioulo, a sua importância na região da Guiné-Bissau e como pode moldar os frutos de uma nação pelo fortalecimento de sua identidade.

A estimativa é que a língua *kriol*, no poder colonial, conseguiu fortalecer laços de resistência e responder de imediato ao apelo do movimento nacionalista para a luta pela independência. Na luta de libertação, o *kriol* serviu nas campanhas de mobilização, foi criticado pelos portugueses e foi o que mais contribuiu na expansão de todo o território nacional, levou as informações do processo de luta de libertação aos lugares aonde ainda não haviam chegado. (EMBALÓ, 2008).

O crioulo serviu como língua de comunicação entre os diversos grupos populacionais no processo da independência, serviu-se de um elemento de unidade das diversidades étnicas nacionais. De maneira que a língua *kriol* serviu como um elo comum da comunicação e ao mesmo tempo como símbolo

de resistência cultural, contribuiu, ao mesmo tempo, com o objetivo da luta pela libertação da opressão colonial e como veículo para criação da unidade nacional.

Com efeito, pela unidade da mesma língua e comungando um território e uma história comuns, com uma história forjada numa luta de resistência em que a luta de libertação contribuiu significativamente para uma convivência dos valores, de um povo com uma identidade cultural própria, os guineenses conseguiram superar as dificuldades e construíram uma identidade comum. Esta posiciona-se acima das diversidades dos grupos étnicos e faz a normalização da sociedade guineense, sobretudo nos momentos das dificuldades.

A língua *kriol* contribuiu na unidade do povo multi-étnico e transformou-se no vínculo de unidade de outras línguas além de contribuir na formação das elites como canalizadores na formação da identidade nacional. (EMBALÓ, 2008).

A. O Papel do Crioulo na Unidade Nacional

Para discutir o papel do crioulo na unidade nacional da Guiné-Bissau é preciso retomar um pouco da história a fim de observarmos sua importância no início do surgimento do atual estado-nação guineense, como o País resultou da presença colonial portuguesa naquela região da África.

O movimento de libertação nacional representou de modo geral uma tentativa de romper com a lógica das ideias de 1960 a 1974, embora, o movimento tenha uma ruptura do ponto de vista político, o mesmo teve uma importância significativa para formação do atual estado guineense.

Por isso, tomando o crioulo como ponto de vista referencial, é preciso dividir a exposição em três partes: a primeira antes da independência, a segunda durante os conflitos de libertação e a terceira após a independência.

a. Antes da Independência

Afirmou Couto que, querer e não querer tanto como nacionalistas ou não nacionalistas guineenses, a Guiné-Bissau não estaria como está hoje se não tivesse a presença da colonização europeia com todas as suas conseqüências. E não existiriam aceitação e continuidade territorial para a nação guineense, se não fosse a presença colonial.

A primeira realidade africana foi a formação de grupos étnicos com todas as suas diversidades, ou seja, seus usos, costumes, línguas, enfim, com as suas culturas específicas e seus domínios geográficos respectivos. Com a presença dos colonizadores a partir do século XV e XVI, começou a se alterar o quadro da realidade dos grupos étnicos.

O problema se gravou ainda mais devido ao fato de o colonizador europeu estar dividido entre várias nações. Portanto, havia disputa grande entre as diversas nações europeias pelo interesse na África. E, conforme afirma Couto, caso o colonizador fosse uma única nação a interessar-se pela África, ele se importaria com a cultura, a economia, a política e com a língua, por toda a África.

De fato, se assim tivesse acontecido, os problemas, que já existiam na África devido a heterogeneidade étnica, seriam menores. Bem provavelmente o continente africano teria menos países, a língua dominante seria única, a da potência colonizadora. E não teria uma África francesa, uma África inglesa e uma África portuguesa. De modo que, os portugueses foram os primeiros a descobrir o continente e mais tarde as outras nações começaram as aventuras para conquista da África.

A partir das aventuras das outras nações, começaram os conflitos entre as nações ou potências colonizadoras com interesses sobre a África. Neste momento, houve assinatura entre as nações da partilha da África. Foi o motivo principal da conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, onde todas as potências europeias tiveram acesso para explorar a África, ficando livre de disputas entre quem pudesse ocupar militarmente e as grandes posses de riquezas seriam livres ao comércio, principalmente, nas regiões do rio Zambeze e em todo o

centro da África. Porém, o mais degradante, é que não havia a presença de nenhum africano na Conferência. (COUTO, 1998).

Os argumentos de Couto sobre a consequência dessa colonização europeia na África e a divisão que os colonizadores impuseram, foi o que me interessou, o germe das colônias, as possessões, as províncias ultramarinas com fronteiras claramente delimitadas que desrespeitaram o espaço dos grupos étnicos.

Por isso, um estado como a Guiné-Bissau não tem por suporte uma nação homogênea com um único povo, uma única língua e uma única cultura. Pelo contrário um País que convive mais de trinta línguas. Além disso, a maioria das línguas é falada também em Países vizinhos, como o mandinga, o fula e o felupe. (COUTO, 1998, p. 58).

Naturalmente, nenhuma etnia aceitaria a língua de outra como a língua de todo País. Ter-se-ia, portanto, outra língua que serviria de expressão da unidade nacional. Diante dessa situação de colapso nacional, foi inevitável o surgimento de uma língua com vínculo entre a cultura europeia e a africana, que nesse sentido, passou a ser o único princípio unificador do alicerce étnico e lingüístico guineense. Essa língua seria o crioulo, que constituiu o eixo embrionário da futura nação guineense tanto no período colonial quanto até hoje.

b. Durante as Guerras de Libertação

Segundo o livro de Couto, é como se o território da atual Guiné-Bissau estivesse inteiramente ocupado pelos portugueses e, no entanto, inteiramente aculturado com início da luta de libertação na década de sessenta. Entretanto esta afirmação está longe da verdade, pois os portugueses ocuparam apenas alguns centros urbanos como Cacheu, Geba, Farim, Bolama e Bafatá.

O interior estava inteiramente intacto da presença dos portugueses, nem crioulo ali chegava. A formação do crioulo está socialmente ligada ao processo de urbanização. *“Mesmo se deu com sua expansão para as zonas rurais, isto é, ele foi levado às tabancas (aldeias) do interior do País a partir das cidades, sobretudo da capital Bissau.”* (COUTO, 1998, p. 59).

Os principais responsáveis pela expansão da língua crioula, em todo território nacional, foram os revolucionários liderados por Amílcar Cabral. Até os

comandantes indicados por ele eram conhecedores da língua crioula até o português. Mas tinham o crioulo como língua de comunicação e as línguas étnicas como primeira. De modo que as tropas coloniais se instalavam nas cidades, enquanto que os revolucionários movimentavam-se nas matas em contato com as línguas locais. De tal forma, o crioulo tinha que arrastar as diferentes línguas étnicas. Os guineenses começaram a se sentir como um só povo, isto é, pela experiência de escolher o crioulo como língua nacional que nasceu da colonização e, mais tarde, transformou-se em língua da libertação.

É bem claro que os revolucionários não usavam somente o crioulo na luta de libertação nacional. Mas também na Rádio, eles enviavam as mensagens em português aos guineenses, em beafada, em mancanha, em mandinga, em fula, em papeis, em manjaco e em balanta. Portanto, o meio de comunicação interétnico era crioulo. Um dos momentos mais interessantes das emissões dessa rádio era o programa “*N pidi palabra*” (eu peço a palavra).

c. Após a Independência

Ao falarmos da Guiné-Bissau como unidade do ponto de vista de comunicação, estaríamos mexendo com as questões fundamentais, que estão no pacote dos governos, e a intelectualidade não só dos guineenses, mas de toda África recém libertada. Os europeus implantaram sérios problemas para os africanos, criaram fronteiras homogêneas sob o ponto de vista dos seus interesses. O que não é fácil para os africanos encontrar soluções cabíveis, particularmente, no caso específico da Guiné-Bissau, os portugueses tinham somente interesses particulares que não respondiam aos interesses de unificação. Os portugueses são caranguejos, como dizia Vicente do Salvador, sobre os portugueses ocuparem apenas o litoral no Brasil.

Em suma, a antiga Guiné-Portuguesa sempre em contato direto e permanente entre os grupos colonizadores e os grupos étnicos africanos, da qual resulta uma grande miscigenação, em nível biológico e cultural. O crioulo participou ativamente da formação da nação partindo de uma população étnica, cultural e socialmente heterogênea, em que o crioulo passou a substituir os laços de

solidariedade de grupo por laços de solidariedade nacionais. *“Pois bem, são justamente os laços de solidariedade nacionais que passam a ser enfatizadas no período pós-independência”*. (COUTO, 1998, p. 60).

Apesar do empenho dos revolucionários, a luta de libertação nacional, promoveu certo grau de unidade entre as populações guineenses em volta de um objetivo comum, luta contra colonialismo português e criação de laços de solidariedade e interdependência entre os diferentes grupos étnicos, mas pelo contrário muitos questionam, mesmo com a solidariedade entre grupos étnicos não surgiu a consolidação da unidade nacional e nem engendrou a nação guineense. Até certo ponto, o sociólogo guineense Lopes, lançou uma questão: será que existe nação na Guiné-Bissau? Embora não tenha encontrado uma resposta direta, ele teve uma afirmação de que a luta de libertação foi um ato pertinente à vontade política da coletividade de construir uma nação.

O tema construção da nação é tão importante para os africanos que em 1986, se realizou em Bissau um colóquio precisamente sobre ele, no caso só sobre os Países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Posteriormente as atas foram publicadas sob o título de A construção da nação em África. (COUTO, 1998, p. 61).

2. A Língua Portuguesa

Gostaria um pouco de falar da história da língua portuguesa e como chegou à Guiné-Bissau, mas infelizmente não consegui dados que tratem a respeito desse assunto. A Guiné-Bissau foi uma colônia de Portugal desde o século XV, até a sua independência em 1974, depois do “25 de abril” e atualmente faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e das Nações dos PALOP, Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Amílcar Cabral, o pioneiro da Independência da Guiné-Bissau, durante o processo de libertação nacional, advertiu que o maior presente que os portugueses nos deixaram, que vai bem mais longe, é o fato de nos permitir comunicar com outros povos falantes da mesma língua portuguesa. Acedeu-nos ao conhecimento e à ciência e abriu-nos o caminho para o mundo.

A situação da língua portuguesa, como segunda língua na Guiné-Bissau, teve muito reflexo do panorama da língua lusa. Por razões históricas, o português

nunca foi efetivamente implantado no interior da Guiné-Bissau, onde predominam, até hoje, as línguas étnicas e o crioulo. Há números que apontam para 5% da população que fala o português, no recenseamento de 1979, e outros para 10%, no recenseamento de 1991.

Não há, infelizmente, estudos mais recentes sobre este assunto, é demasiada a situação da língua portuguesa na Guiné-Bissau em comparação com os restantes países lusófonos africanos. Sem dúvida, nos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Guiné-Bissau é o onde se fala menos português. Basta se locomover pelas ruas de Bissau para facilmente perceber essa realidade.

Devido ao fato de ser a língua oficial, o português é a língua do ensino. É também a língua da produção literária, da imprensa escrita, da legislação e da administração. Qualquer estrangeiro a circular na Guiné-Bissau deparar-se-á com este paradoxo. Entretanto, a parte esmagadora da população não domina a língua portuguesa. As crianças são alfabetizadas numa língua que não ouvem, nem falam em casa, nem na rua, só é utilizada na comunicação com as elites políticas ou intelectuais guineenses.

A Guiné-Bissau, entre os países lusófonos, é um dos menores e um dos mais complicados, porque o País contém diversas línguas étnicas. No entanto, as diversidades lingüísticas na Guiné-Bissau têm um lugar específico para ser falado. Antigamente, durante a época colonial, havia 5% falantes de português como língua materna. Mas muitos guineenses não falam, após a independência, este número caiu para 0,1% de falantes de português como língua materna. A língua portuguesa teve importância na sociedade guineense pela obrigatoriedade nos primeiros quatro anos de escolaridade. A partir daí, os alunos são alfabetizados por meio da língua português.

O povo da Guiné-Bissau tem por obrigação aprender a falar o português, porque a língua portuguesa nos abre as portas para comunicar com o mundo, porém, como a segunda língua porque todos têm com primeiro língua o crioulo ou as línguas étnicas. Por outro lado, existem as pessoas que nem se quer aprendem a falar a língua de Camões, porque a consideravam como língua estrangeira. Nas cidades, as pessoas falam português como segunda língua, e

no interior é, praticamente, considerada língua estrangeira, portanto, ainda existe preconceito da língua pela sociedade guineense, há lugares na sociedade guineense em que ninguém fala o português porque tem o crioulo como língua da nação e a língua da pátria e mesmo o crioulo só é falado por 60 a 70% dos guineenses.

De fato, para relatar sobre o assunto da língua portuguesa na Guiné-Bissau, como identidade nacional, é um pouco complicado. Num País onde as inúmeras línguas são africanas e o português, a língua da colonização, mesmo o crioulo da Guiné-Bissau possuiu dois dialetos, o de Bissau e o de Cacheu.

A presença do português na Guiné-Bissau e da língua portuguesa não tem contribuído para uma identidade nacional Embora os guineenses façam parte deste circuito lingüístico, que nos permite comunicar com os falantes da mesma língua, porém, do meu ponto de vista, a zona lusófona correspondente ao espaço geográfico conhecido como falante de língua portuguesa na Guiné-Bissau, corresponde à zona central e comercial da capital Bissau.

A situação se agravou mais, devido ao fato da Guiné-Bissau ser um País mergulhado entre países francófonos e com uma comunidade imigrante expressiva vinda destes, do Senegal e da Guiné-Conacry, além da abertura à integração sub-regional e da grande participação dos imigrantes francófonos no comércio, por isso existe forte influência da população guineense para aprender o francês mais do que o português. Mesmo no mercado de trabalho, o francês ganhou campo em relação ao português.

3. Gastronomia Tradicional Guineense

A gastronomia guineense está no quadro da mistura de variedades de pratos dos grupos étnicos da Guiné-Bissau. Um trabalho feito pela ONG Tiniguena¹ em 2008, com iniciativa de Dias, representante dessa organização na Guiné-Bissau, buscou compreender a pluralidade dos significados dos pratos tradicionais.

¹ A palavra *Tiniguena* significa nossa terra na língua da etnia Bijagós, povo que vive da pesca, no litoral da Guiné.

Elencou, por exemplo, o *pó di buli di no tera*, um instrumento de extrema importância que se utiliza do sentido do paladar da comida na sua fase de preparação. É utilizado pelas nossas mulheres, as nossas mães e irmãs na apreciação e no tratamento de um determinado prato.

O *pó di buli* é fabricado a partir de pedaços de madeira bem selecionada que existe nas florestas e matas. É um utensílio de cozinha comum a todas as etnias da Guiné-Bissau e se constituiu de certa forma num símbolo de unidade na diversidade étnica, cultural e social guineense. O símbolo *po di buli di no tera* representa a necessidade de manter as diferentes culturas gastronômicas da Guiné-Bissau e a riqueza dos diferentes pratos representativos das variedades étnicas deste País.

Na medida em que a cultura de um povo deve ser preservada pela sua identidade e também pela sua diversidade, a forma de alimentar-se está ligada à sua biodiversidade e é um forte elemento de qualquer cultura. Na biodiversidade agrícola, marinha, da fauna e da flora selvagem, que devido à sabedoria popular permitiu uma seleção natural de tudo aquilo que poderia servir como alimentação vinda da natureza.

Com o trabalho da *Tiniguena*, hoje valoriza-se o conhecimento dos ancestrais pela rica culinária herdada, e tem-se que assegurar essa passagem como um patrimônio. De modo que representa um grande desafio cultural à nova geração, não só por testemunhar, mas também conservar a própria biodiversidade da Guiné-Bissau. A identidade cultural poderá ser conservada ou mantida somente através dos esforços e reconhecimento de todos de que a pátria tem valor.

Estou convicto que este trabalho situará os leitores brasileiros sobre o que se tem de bom na Guiné-Bissau, não basta só acreditar naquilo que os meios de comunicação de massa falam sobre o continente africano e, particularmente, sobre a Guiné-Bissau. Exploram-na como um País de narcotráfico, de conflitos sociais e de pobreza. *Guiné-Bissau, tera sabi*, estou afirmando que minha Guiné-Bissau é boa, que qualquer pessoa pode viver e fazer um turismo agradável. Muitos já estiveram e experimentaram a diversidade da gastronomia crioula e os pratos típicos da diversidade étnica da Guiné-Bissau.

Neste momento, apresentarei alguns dos pratos, listados no trabalho da *Tiniguena* que representam o sabor guineense, como o prato *Siga*. Prato feito de arroz branco numa panela separada, com outra de molho. Nesse processo, o arroz é feito na panela normal como de qualquer tipo de arroz. O molho é feito em outra panela, separado do arroz, pela mistura de quiabo, óleo de dendê, preparado para caldo em cubos, pimentão, carne ou marisco, na qual os ingredientes utilizados para dar sabor ao prato possuem uma característica nacional.

O prato em si possui uma variedade de misturas que representa a cultura guineense, ganhou o nome de *Siga* pela mistura dos temperos que fazem a característica desse prato tradicional guineense. Por essa composição, os guineenses conseguiram obter o seu prato tradicional criando uma identidade culinária.

Apesar de a origem vir da etnia Balanta, o símbolo representado pelo prato *siga* não cabe somente a esta etnia, representa o símbolo da identidade culinária guineense. De modo que o prato *siga* não somente é comido pelos balantas, mas pelo povo guineense. Embora seja um prato que precisa ser feito com o maior cuidado para que seja possível sentir o seu sabor, é um prato de difícil agestão, principalmente para os idosos pela sua mistura de quiabo, jiló e óleo de dendê.

Outro prato que, no meu entender, representa a própria identidade culinária, não tem origem étnica, mas é conhecido por todos os guineenses, é o *Caldo Mancarra (Caldo amendoim)*, também listado pela *Tiniguena*. É feito também de arroz branco de panela separado com molho de mistura de vários ingredientes tais como: jiló, carne ou marisco e preparado para caldo em cubos.

Para o *caldo de mancarra*, como é conhecido, precisa-se torrar e depois descascar o amendoim, colocá-lo no liquidificador com um pouquinho de água batendo até ficar mole e separar num recipiente. Depois, esperar a carne ferver na panela de pressão durante uma hora. Quando retirar a carne da panela, precisa lavá-la antes de colocar o amendoim. Primeiramente colocar água no recipiente junto com amendoim e amassar. A partir deste instante, jogar a

massa de amendoim na panela junto com o jiló para ferver durante trinta minutos. Após esse tempo, juntar a carne. Neste instante cabe ao cozinheiro(a) prestar bastante atenção, em alguns casos, por exemplo, precisa acrescentar um pouco de água. Depois de ferver por pelo menos mais meia horas, já é o momento de colocar o preparado para caldo em cubos e o sal

A culinária guineense deve continuar a ter valor não só cultural e social, mas também econômica, e se quisermos, ambiental, tendo em conta a utilização na nossa dieta alimentar de vários ingredientes e produtos derivados da flora e da fauna marinha e silvestre. (TINIGUENA, 2008, p. 6).

Portanto, cabe ressaltar que o desafio é grande, mas vale a pena este belíssimo trabalho de divulgação da gastronomia tradicional guineense, que complementarará o resto da história, da cultura e social da Guiné-Bissau, de diversidade étnica, de seus costumes ancestrais.

4. Dia da Pátria, Desporto e o Carnaval

O dia 24 de Setembro é o momento da comemoração da pátria, sem distinção de grupos étnicos, recorda o passado histórico dos combatentes da liberdade da pátria, quando as forças armadas em diferentes matas, embaixo de chuva, sem tempo de gozar a sua juventude, emprestaram suas vidas por uma causa justa, dos invasores estrangeiros, lutando dia e noite, pensando na unidade dos povos guineenses.

Embora, nem todos os guineenses recordem a importância do marco histórico que o faz, hoje, ser um País delimitado pelas suas fronteiras: marítimas, terrestres e aéreas, com uma bandeira como símbolo nacional e com um hino. De poder hoje viajar com Passaporte reconhecido de uma nação, de fazer parte das comunidades de língua portuguesa (CPLP), da União Africana (UA) e como membro da Organização das Nações Unidas (ONU).

Quanto ao desporto, há a seleção nacional *Djurtus*, nome intitulado à Seleção da Guiné-Bissau, que nos momentos de jogo, o povo guineense se comove, do clima de unidade nacional em diferentes maneiras de torcer pela Seleção. Nas arquibancadas, as torcidas erguendo a bandeira nacional, como símbolo de unidade nacional, com expectativas de observar a rede balançando com gol da

Seleção de todos. Com sons das trombetas e danças das culturas diferentes. O que resta de momento, só a vibração no coração de cada guineense pensando na vitória da Seleção.

Finalmente, o carnaval como uma herança de várias comemorações realizadas na antiguidade entre os povos egípcios, hebreus, gregos e romanos. Esses festejos pagãos serviam para celebrar grandes colheitas e, principalmente, louvar divindades. É evidente que uma das mais importantes festas ancestrais que herdamos foi o carnaval, era considerado nas realizações romanas em exaltação a Saturno, o Deus da agricultura.

Na época das celebrações, as escolas fechavam as portas, os escravos eram soltos e os romanos dançavam pelas ruas, levavam os homens e as mulheres nus, nestas circunstâncias, alguns pesquisadores enxergavam de perto a palavra carnaval, em torno dessa expressão latina *carne levare*, que significa estar de abstinência durante quarenta dias.

Na Idade Média, essas velhas festividades pagãs foram incorporadas pela Igreja Católica e passaram a marcar os últimos dias de liberdade dos presos, antes dos dias da Quaresma, período de penitência para os cristãos de quarenta dias de jejum antes de Páscoa. O consumo de carne é proibido até hoje.

A variação da data do carnaval no seu calendário acontece de acordo com o período ligado diretamente a Páscoa, que no hemisfério sul, sempre acontece no primeiro domingo após a primeira lua cheia do outono. Portanto, essa data é fundamental para os cristãos, sempre comemorada no calendário ligada a Quaresma.

A comemoração do carnaval na Guiné-Bissau adquiriu diferentes formas em relação aos países Católicos que mantiveram as celebrações antigas. Em Portugal, as brincadeiras com água são comuns. A história nos relatou que o carnaval chegou a Guiné-Bissau com os portugueses, juntamente com a expansão do catolicismo, os rituais conseguiram espaço na sociedade guineense devido à conversão dos nativos ao catolicismo.

Com esse pequeno panorama histórico do carnaval no mundo, a Guiné-Bissau com a sua diversidade cultural não deixou de comemorar essa festa da antiguidade. Um pequeno País, gigantesco na diversidade étnica, concentra-se durante todos os anos em meados de fevereiro na capital, Bissau, numa enorme manifestação de alegria e satisfação popular. Trata-se do carnaval na tradição europeia, mas que não deixou de ter características africanas como matriz de identidade social e artística.

O carnaval da Guiné-Bissau não acontece apenas na capital Bissau, no norte e no Sul também se comemora o carnaval, de uma maneira um pouco mais reduzida, mas possui um significado para a Guiné, que não tem nada haver com carnaval europeu. No início da independência o carnaval era europeizado, hoje, há uma variedade de palcos com explosão e manifestações de raízes locais, em que a alegria extrapola completamente os bairros e as ruas da capital. Ocorre ainda um grande desfile na principal avenida central de Bissau, que este ano foi dedicado ao tema da Reconciliação Nacional. Assim constata-se uma etnização do carnaval. (MENDES, 2010)

Nesta perspectiva, o festival assume o desfile de vários grupos étnicos, num festival de maiores tradições, onde as máscaras ganham grande importância, de modo que, quase todas satisfazem a simbologia étnica de cada grupo. Um momento de grande euforia nacional, onde a sociedade esquece de torcer pela etnia, o que reina no momento é a identidade nacional por meio das diversidades étnica e cultural, cada grupo apresenta uma rainha, máscaras e danças.

O carnaval, como uma festa popular e de harmonia entre os povos da Guiné-Bissau, suprimiu as fronteiras culturais, todos se imitam e todos aproveitam a ocasião para experimentar trajes tradicionais de todas as etnias. Para as crianças é uma ocasião única para mergulharem num mundo de sonho com vestidos e danças típicas de culturas por eles desconhecidos. Foi terrível verificar uma sociedade como a da Guiné-Bissau rica em cultura, mas cujos valores culturais não se transmitem às crianças em casa.

As crianças aprendem em casa, com os pais, a desvalorizar os grupos étnicos, crescem com as mentalidades de não valorização do outro pela diversidade

étnica. O que torna tarefa fundamental para os educadores, por meio dos programas feitos pelos governos, como mecanismo de construir uma identidade nacional. As escolas ensinam crianças dançarem diversas danças tradicionais étnicas, mas não há preocupação em divulgar as diversidades étnicas que compõe cada grupo na formação de identidade nacional.

ii. Elementos Desaglutinadores

a. Diversidades Étnicas

A Guiné- Bissau é um dos países africanos com maior diversidade étnica, o País constitui-se de mais de trinta grupos étnicos. Sendo assim, cada um desses grupos promove sua própria língua, diferente dos demais. Além de cada etnia ter a sua própria estrutura social, forma de prestar culto ao seu Deus, apresentar diferente forma de rituais funerária e diferentes maneiras de realizar casamentos. Em traços gerais gostaria de discutir neste trabalho, os três maiores grupos étnicos, de modo que possa compreender como a diversidade étnica na Guiné-Bissau, constitui-se como elemento desaglutinador na formação da identidade nacional.

1. Etnia Balanta

Segundo dados arqueológicos, acredita-se que a etnia Balanta migrou para a Guiné-Bissau em pequenos grupos, entre os séculos X e XIV. Durante o século XIX, espalhou-se ao longo da área do mesmo País e ao Sul do Senegal, de maneira que resistiu à expansão do reino de Gabú (Mandinga).

A tradição oral entre os Balantas conta que estes migraram do oeste desde a área onde hoje estão Egito, Sudão e Etiópia, com objetivo de escapar da seca e das guerras. Atualmente, os Balantas encontram-se principalmente nas regiões sul e central da Guiné-Bissau e em quase todo o território nacional, com 30,4% da população. São majoritariamente agricultores e criadores de

gado, principalmente porcos. Segundo dados históricos, atualmente os Balantas encontram-se também em Angola.

O verdadeiro nome de Balanta, até hoje, mas que muitos dos guineenses desconhecem, é *braasa*. Um nome que tem um significado forte, traduzido para o português: **permanentes, imutáveis, não cedem nada a ninguém, firme e inabalável, não se dobra a ninguém**². Como demonstra, não é fácil a um grupo impor os seus valores culturais à forma de organização social desta etnia. O nome Balanta, na história, veio da forma errada de se pronunciar a palavra *abalanto* da linguagem Mandinga. Na linguagem Mandinga a palavra *abalanto* significa não aceita, sempre em recusa. Este fato aconteceu quando os Mandingas não conseguiram islamizar os *braasas* (BALANTA).

No que tange a sua cultura, Balantas é o único grupo étnico da Guiné-Bissau sem um chefe ou um líder reconhecido. Todas as decisões importantes entre os Balantas são tomadas por um conselho de sábios. Para se tornar um membro do conselho, o candidato terá que iniciar uma fase que acontece nas cerimônias de *fanado* (Circuncisão). Entretanto, no geral, a igualdade prevalece entre os Balantas. Em consequência disso, os portugueses tiveram maiores dificuldades de dominar este povo. Na virada do século XIX, para o século XX, o governo português promoveu uma campanha de pacificação da Guiné, com o apoio dos fulas, contra os resistentes Balantas.

Portanto, devido à repressão portuguesa, os Balantas alistaram-se como soldados em grande número e foram apoiar nos primeiros momentos a linha e o pensamento do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC no sentido do nacionalismo de libertação nacional durante os anos 60 e 70 do século XX. Quando os nacionalistas assumiram o poder após a independência, contudo, depararam-se com dificuldades em estabelecer comitês de aldeias e outras organizações entre os Balantas, devido à sua organização social descentralizada.

Enfim, a religião dos Balantas é largamente animista na sua crença. Djon Cago é o nome de uma divindade desta etnia. Na sociedade Balanta, acredita-se que

² Segundo o texto “Os Balantas”.

Deus está muito longe, por isso atribuí-lhe o nome de Nghala, que significa altíssimo. Os fiéis Balantas tentam alcançá-lo por meio de espíritos e sacrifícios dos animais criados somente para estes rituais, que ocorre num determinado período. Apesar dos Balantas aceitarem o catolicismo e o islamismo como prática religiosa para àqueles que abandonaram outras práticas, como o animismo.

2. Etnia Fula

Na atualidade, como conta a história, os *Fulas* vieram do interior ocuparam a zona próxima ao litoral guineense. Tinham relações com outros grupos étnicos de iguais tradições, que ocupavam uma zona hoje chamada Mauritânia e também ao leste com os atuais Sudão e Níger. Porém, de acordo com Lopes, essa relação de convívio dos *Fulas* com outras etnias, lhe permitiram resistir à colonização europeia em comparação às outras etnias.

A origem dos *Fulas* que povoam a região da Guiné está ligada à dos *Fulas* comuns, de modo geral ninguém contesta que os *Fulas* não são de origem negra, os *Fulas* pastores do Sudão têm características diferentes, como na cor da pele, mais semelhantes à dos egípcios e palestinos que à dos *Fulas* da África Ocidental. Os *Fulas* da Guiné estão entre os 21,46% da população, segundo o censo de dois mil e seis (2006).

O próprio pioneiro da independência da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, estudou a organização da sociedade *Fula* antes da chegada dos portugueses. É uma etnia semifeudal, o modo de produção tributário permite compreender melhor este termo. Eram uma etnia dominada por uma hierarquia de chefes, que formavam um conselho de chefes, de nobres e de religiosos que viviam do lucro obtido dos camponeses e a camada intermediária é formada por artesãos. O mecanismo que permitiu obter esse lucro dos camponeses baseou-se no caráter patriarcal da família.

A existência da poligamia dava condições favoráveis a uma servidão das mulheres em relação aos homens, por isso era importante ao chefe pensar em

número de mulheres que queria. A própria religião muçulmana professada por esta etnia pode explicar a permanência deste tipo de relação de exploração das mulheres. Por meio dessa estrutura existe uma forte estratificação social que pode até ser comparada, a que existia na Europa medieval, o próprio Amilcar Cabral faz uma descrição incompleta da etnia Fula e Mandinga, ao compará-la com as sociedades étnicas horizontais da Guiné-Bissau, tais como: Papeis e Balantas, etc.

Os seus reinos eram os mais importantes da África ocidental, durante o período que antecede a colonização. De início, ao falar da história, os *Fulas* eram pastores, tinham habilidade de transformar couro em tecidos, destinado ao comércio. As suas produções artesanais eram de luxo, visavam, sobretudo, satisfazer as necessidades dos chefes.

A organização dos *Fulas* pode ser entendida e considerada de igual modo a uma produção tributária. Sobretudo, quando articula esse modo de produção da maioria da população a uma economia comunitária, das quais os fatores socioeconômicos tornaram-se importantes no momento em que o processo de luta de libertação precisava da unidade entre os grupos étnicos. Foi um reforço para a unidade nacional que conseguiu o consentimento de todos, de modo que nada passaria diante daqueles homens revolucionários, se não fosse o reconhecimento dos outros diferentes, lutando pela mesma unidade.

3. Etnia Manjaco

A palavra Manjaco, proveniente de Manjaku, é o povo que habita as ilhas de Pecixe e Djeta e às margens dos rios Cacheu e Geba, na Guiné-Bissau. O nome do povo Manjaco significa: eu digo-te. Atualmente, os dados revelados em dois mil e seis (2006) colocou os Manjacos como terceira maior população da Guiné-Bissau, com 14,69%.

A língua manjaca está classificada como parte das línguas do Senegal e da Guiné, que são uma subdivisão das línguas atlânticas. Existem grandes comunidades de Manjacas no Senegal, França, Gâmbia e Guiné-Bissau. Nenhum aspecto da vida do africano é estranho à religião, ela está inserida em

todas as suas atividades, qualquer alteração no sistema tradicional da vida repercute nas crenças, assim como o seu enfraquecimento reflete imediatamente na ação disciplinar da sociedade. Portanto, os manjacos não escaparam à noção de Deus supremo, que está distante ao homem.

Para os Manjacos, assim como outras etnias da Guiné-Bissau, Irã é considerado como um espírito dinâmico e maldito, intermediário entre os homens e Deus. Já Guigui, também é considerado um Irã, na etnia Manjaca, ele, é libertado do indivíduo através da morte, o indivíduo quando morre mantém a sua personalidade, as suas paixões e os seus gostos e continua fazendo parte da família, sendo prestado culto a ele, se não ele pode vingar-se cruelmente. Porém, essa situação varia de acordo com algumas intervenções, isto é, no casamento, na justiça, no *fanado* (circuncisão) e na sepultura.

A sociedade Manjaca, é estratificada em quatro classes sociais (Nobres, Guerreiros, Agricultores ou Mestres e os funcionários), possui um sistema de governo baseado na autoridade do Régulo (Chefe ou Rei), eleito pelos sacerdotes ou pelos nobres. Os Manjacos são um povo que por tradição emigram periodicamente para o Senegal, de onde vieram as idéias emancipatórias com o objetivo de fundar o Movimento de Libertação da Guiné (MLG). Depois da sua extinção, pelo inimigo PAIGC, levou a uma perturbação em toda a sociedade Manjaca, da qual se subdividiu em quatro grupos: os repartidos pelo Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde, (PAIGC), pela Frente de Libertação para Independência da Guiné (FLING), os fiéis a autoridade portuguesa e os elementos não ativos.

A sociedade Manjaca sofreu alguma influência sócio religiosa, quer por parte das missões cristã, quer por parte das etnias islamizadas, isto foi verificado com o régulo de Pelundo. Essa situação trouxe enorme perturbação à sociedade Manjaca. O régulo de Pelundo tinha uma penetração fácil junto ao islamismo.

4. Democracia

Democracia vem da palavra Grega *demos* que significa povo. Na democracia o povo é quem manda e detém o poder soberano na escolha dos seus representantes. A democracia, é um conjunto de princípios e práticas que protegem a liberdade de cada indivíduo, é a institucionalização da liberdade. É conduzida e regulamentada por meio das eleições livres e justas, abertas a todos os cidadãos.

As sociedades ditas democráticas estão sempre empenhadas nos valores de reconhecimento por mérito e nos valores da tolerância, da cooperação e do compromisso. De acordo com Gandhi, a intolerância é em si uma forma de violência, é um obstáculo ao desenvolvimento do verdadeiro espírito democrático.

Com essas ilustrações importantes que a democracia trouxe do mundo ocidental a democracia guineense não compactua desses valores e resignou-se ao espírito de um candidato capaz de fortalecer os requisitos dessa nova teoria do poder. É obvio que na esfera política guineense, os partidos são formados de bases étnicas, da qual os membros dos partidos buscam votos refugiando-se na etnia. Sobretudo, nos períodos eleitorais, o povo guineense vive o clima de pertencimento étnico, nada concretiza o espírito de unidade nacional.

Os partidos com seus candidatos criam certas ideologias de separação da sociedade para se governar, que, às vezes, quando ganham, nem lembram mais da sua etnia. As próprias formações partidárias apresentam características raciais e tribais, com símbolos tribais durante as campanhas eleitorais, os seus discursos criam elos de desintegração entre as populações menos esclarecidas.

V. HIPÓTESE DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL GUINEENSE

Vimos que a situação lingüística da Guiné-Bissau é extremamente complexa. De modo que a realidade lingüística primária não só cabe aos guineenses, mas também, a África em geral, devido às variedades das línguas étnicas. O crioulo é um passo importante na formação da identidade nacional. Um passo dado pelos próprios guineenses, dos quais muitos se assemelham a língua materna.

O crioulo une hoje todo o País, desde Binar a Biombo e de Bolama a Gabú, embora existam outras variedades lingüísticas menores e o português como língua oficial e do ensino desde o primeiro dia de escolarização da criança. O pioneiro da nação guineense, Amílcar Cabral, já se havia posicionado abertamente a favor do uso do português na Guiné-Bissau.

Embora tivesse uma visão instrumental da língua, parafraseando suas palavras: para os guineenses tanto o português, assim como o russo, como o francês, como o inglês, uma vez que os sirva, tanto faz usar uma máquina vinda dos russos, dos franceses, dos ingleses ou dos americanos, o que importa é tornar-se independente e ser livre para lavrar a terra.

Entretanto, Cabral criticou os seus companheiros de oportunistas, de querer dar importância ao crioulo, isso só aconteceria se os guineenses tivessem melhores formações. De modo que a nossa língua para escrever e comunicar com o mundo é o português, é uma grande herança que os portugueses nos deixaram. Para o pioneiro da nação guineense, o crioulo serve para comunicação da oralidade e além dele existem outras línguas. Porém a língua é um instrumento de unidade nacional, não importa qual seja a importância proporcionada aos seus falantes, mas o vínculo que constitui laços de relação aos membros que o beneficia.

O crioulo é uma ponte para se chegar ao português. Nos dias de hoje, a discussão continua em torno do mesmo assunto, principalmente em nível das autoridades governamentais, a opção pela língua portuguesa continua sendo preferida em relação a outras línguas europeias, particularmente ao francês.

De fato, a questão do crioulo como ponte para atravessar as diversidades das línguas étnicas que se encontram no espaço geográfico guineense foi um fator importantíssimo na formação da identidade nacional.

Em 1990, houver debates no Ministério de Educação, cuja intenção era de o crioulo vir a ser introduzido nas escolas primárias, sobretudo nos primeiros dois ou três anos de escolaridade. Entre os técnicos em educação locais, a discussão continua sem conclusão. Ocorre, também, uma mesa redonda no Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE), com objetivo de avaliar o desempenho das escolas rurais. Uma volta à discussão não valeu para os homens da educação, tomarem decisões corretas.

A utilização do crioulo nos primeiros anos de escolaridade serviria de bagagem para alcançar melhor a aprendizagem da língua portuguesa. Na realidade, a discussão da língua portuguesa e da língua crioula não está no topo para se poder afirmar uma identidade nacional, mas para um reconhecimento pelo mundo de que são falantes de uma língua que os permite comunicarem-se com o resto dos países falantes da mesma língua.

Portanto, num País como a Guiné-Bissau, para se construir uma identidade nacional inibindo as diversidades lingüísticas dos grupos étnicos, só se pode apostar na educação de qualidade para todos. Porque não vale apenas aceitar o português como língua da identidade, se não for ensinado nas escolas, mesmo o crioulo precisa ser ensinado nas escolas de forma não a banir as línguas étnicas, mas sim criar uma língua comum a partir da qual todos os grupos possam se comunicar.

Mas é necessário, em princípio, entender o que significa a educação. De modo que, muitas vezes, ao se definir o problema, capaz de ajudar a resolver de imediato o assunto em questão, com a educação estar-se-á a enterrar o assunto que se quer estabelecer. Entretanto, o problema da educação não se restringe simplesmente ao ensino e nem à escola.

Sem dúvida, a educação está ligada à família e ao mesmo tempo ao ensino. “A educação é um conjunto de meios pelos quais é dirigido o desenvolvimento da

criança. É como um simples fato social evoca certa nobreza, certo valor ou conjuntos de processos usados pelos adultos” (COMBLIN, 1962, p.23-24).

Porém, todos os cidadãos têm o direito de se interessar pelo processo e objetivo da educação como fenômeno social, por meio dos quais se transmite os comportamentos de uma geração à outra. Os processos educacionais influenciam na formação de uma identidade. Por meio desse processo a comunidade investe numa missão de unidade entre os indivíduos do mesmo grupo de acordo os mesmos ideais e os valores de cultura que são partilhados.

Educação, em primeiro lugar, cria movimento intelectual, provoca mudanças profundas em todas as fases do pensamento dos indivíduos. Todos os sistemas do pensamento mergulham numa transformação constante e num progresso do bem estar social. Por meio da educação os indivíduos derrubam o símbolo de escravidão; por meio desse edifício construído, as gerações assentam os seus pensamentos para uma vida moderna. Assim, a unidade de pensamento faz múltiplos interesses e as atividades de um para todos.

O objetivo da educação é proporcionar ao indivíduo o acesso aos requisitos necessários para que ele tenha autonomia para refletir e despertar emoções e uma disciplina mental e moral adequadas, proporcionado, principalmente, pelo exercício do olhar sensível. No entanto, educação é uma realização plena do indivíduo, é um produto de transformação de cada indivíduo no espaço comunitário.

i. Educação como Preparação para a Cidadania.

Educação é uma preparação para a cidadania. Principalmente para um País com diversidade étnica, a educação assume o processo de unidade entre os povos. Num governo democrático, deveria dar-se a cada indivíduo liberdade e oportunidade, construir uma sociedade livre e sem privilégios, ela equipa o indivíduo melhor e mais rápido possível e transforma o indivíduo. A idéia da cidadania é a de criar o bem estar individual e social.

Em certos momentos, o tema cidadania passou a coordenar as idéias do mundo contemporâneo, inclusive nos países em vias de desenvolvimento.

Apareceu no discurso dos detentores dos poderes políticos, na produção intelectual e nos meios de comunicação social e, também, em algumas camadas de população privilegiadas da sociedade. (COVRE, 2008).

A cidadania passou ser um tema de grande debate no mundo capitalista e socialista, por meio dos movimentos sociais das classes excluídas, em diversas situações e fixando um novo quadro de leis relativamente aos direitos e deveres dos cidadãos. Mas, de modo geral, será que estes cidadãos têm reivindicado seus direitos entre os diversos grupos sociais em diferentes sociedades?

Neste caso, confunde-me finalmente, o que é cidadania? A minha resposta acerca da cidadania seria a seguinte: cidadão é aquele que nasce num território de um determinado País, ligado a uma família com apelido ou sobrenome Gomes, Joaquim e Silva e que tem direito de votar e cidadão é aquele que tem direito e deveres frente ao Estado e a sociedade.

Mas, aqueles que têm experiência política sabem que cidadania não é apenas para votar. O ato de votar não garante a cidadania plena. Para se afirmar uma cidadania plena, significa ter assegurado direitos e deveres. Afirmando isso na medida em que, para a formação de uma identidade nacional é necessário que haja uma luta comum entre todos os interesses nacionais, que se crie uma política pública capaz de assegurar os interesses de todos.

Em todo caso, a cidadania é uma categoria estratégica para alcançar uma sociedade melhor, embora persista a dependência da ação do sujeito e dos grupos básicos a que pertence e, também, o indivíduo assuma as condições globais da sociedade. Os homens fazem a história em determinadas circunstâncias estruturais, portanto, os cidadãos de uma nação reconhecida precisam mergulhar no seu processo de transformação e de construção da sua própria identidade.

Enquanto cidadãos do mundo, precisam resgatar o desejo deixando de lado a revolução individual. Pode-se desbloquear e desnorrear, as idéias da etnicidade se cada um se pensar como cidadão guineense e fizer a sua parte para a construção de uma ideia inovadora com vistas ao bem estar da nação.

Com maior firmeza, serão capazes de construir a própria identidade sem plagiar outras. Todavia, sua construção depende de cada cidadão, é preciso ter uma educação para cidadania. Evitar violência que perpassa nos cotidianos das suas inúmeras populações.

Na realidade, na sociedade guineense existe um sofrimento que tem lugar no âmbito público que vem do privado, de modo que as pessoas deveriam ter consciência dos seus direitos como cidadãos e organizar-se-iam em prol de uma sociedade de bem para todos. Entretanto, é preciso criar espaço para as reivindicações e, também, estender o conhecimento para todos, para que possam reivindicar. Portanto, nestas circunstâncias a educação seria um mecanismo para satisfazer as atuais demandas.

A educação tem uma nova missão, a de esclarecer os princípios de afinidade e dar informação de conjunto e de complexidade das relações da sociedade e dar novo destino a elas. Esse novo trabalho, reconstruído pela educação, deve ter maior destaque, na medida em que tem por objetivo uma maior exigência na formação de caráter, dos hábitos sociais e dos motivos patrióticos. A educação torna-se a força mediadora das instituições sociais, efetua-se melhor ajustamento dos indivíduos. Todos esses detalhes estão resumidos sob um termo: boa cidadania.

METODOLOGIA E REALIZAÇÃO

Com relação aos aspectos da apresentação deste trabalho escrito, da qual se refere à identidade nacional guineense. A tarefa de levantar os conceitos necessários à contextualização da identidade nacional fez-se uso de revisão da literatura referente ao tema em questão. Foi utilizada também nesse trabalho a elaboração de entrevistas, assim como técnicas de recolhimento de informações com os alunos da Guiné-Bissau no Distrito Federal, em especial, os alunos da UnB, de forma aleatória.

Nas entrevistas estabeleceram-se perguntas sobre determinado assunto em tópicos que permitiram reunir as informações fundamentais para responder algumas interrogações iniciais da pesquisa. Foi uma estratégia que possibilitou a aproximação extensiva ao objeto de estudo.

As entrevistas foram realizadas optando-se pela utilização de entrevistas e roteiro estruturadas abertas, consideradas mais adequadas a esse trabalho, nas quais não exigem rigidez de roteiro, podendo assim explorar mais amplamente algumas informações de acordo com as perguntas colocadas. De modo que os entrevistados puderam responder livremente sem intervenção do pesquisador.

As entrevistas foram feitas no segundo semestre de 2010, nos quais realizei os primeiros contatos com os meus sujeitos nos seus ambientes livres. Os procedimentos e a condução das entrevistas foram de caráter individual, por meio de uma recepção cordial com os alunos. Nesse momento, pediu-se aos alunos que dispusessem as suas falas, garantindo-lhes o anonimato destas pelo sigilo. De modo a favorecer, assim, a confiabilidade das informações necessárias.

As entrevistas foram gravadas, depois, transcritas as falas dos sujeitos. São os alunos do Programa de Estudantes do Convênio de Graduação (PEC-G). Este programa conta com vinte e seis alunos beneficiados em Brasília, e dentre os vinte e seis, pesquisados todos são jovens entre 20 a 30 anos, dezoito alunos, pertencentes a diversos cursos e com variedade das faixas etárias e dos

gêneros. Entre os dezoitos entrevistados, 12 encontravam-se no início dos cursos, os restantes, distribuídos entre o meio e fim.

As perguntas foram colocadas aos alunos versando sobre identidade, identidade nacional, os elementos que caracterizam as suas identidades como guineense no Brasil e na Guiné-Bissau, foram perguntas que buscavam o pensamento dos alunos.

ANÁLISE DO DISCURSO.

Nos aspectos da revisão da literatura sociológica, de acordo os autores estudados, existem vários fatores que possa permitir a formação de identidade de uma nação da quais: a cultura, língua e os costumes, mas para tal se realiza precisa ser ensinado. Entretanto, educação seria relevante fator de unidade entre diversas línguas étnicas.

De acordo com as entrevistas, a identidade apresenta uma padronização de comportamento de um determinado grupo dos indivíduos, as suas características culturais, modo de agir, a identidade é um conceito muito amplo que, em primeiro lugar, é preciso diferenciar nação e nacionalidade.

Segundo os entrevistados, a ideia de nação engloba conjuntos de valores determinados por um grupo, algo que identifica o grupo nas suas convivências nas suas relações como membros daquele universo, enquanto que nacionalidade é um mecanismo que pode ajudar um indivíduo obter certos privilégios numa outra cultura independente da sua cultura biológica, isto é quando abdicar do anterior.

Supondo que a identidade de uma nação possua múltiplas característica tais como: espaço geográfico, economia, política, cultura, gastronomia e a língua, religião e muitos outros. Na fala dos entrevistados, os elementos que lhes identificaram como guineenses fora do seu País, no ambiente estrangeiro, fora a cor, como negro. Embora existam negros no Brasil, mas nada escapa a sua cor como algo que lhes identificam como africanos. Em seguida, a língua portuguesa, por meio do sotaque, pois permite que sejam identificados como

estrangeiros. Também relataram quanto ao modo de vestir, de se expressarem com um tom mais forte em relação ao brasileiro.

Enquanto guineenses, no ambiente nacional, nem sempre a língua crioula serve de vínculo de identidade, segundo dizem os entrevistados, cada região do País se identifica com grupo étnico, de modo que cada um desses grupos utilizam a sua língua étnica como meio de comunicação no seu cotidiano. Por exemplo, nas regiões leste entre Bafata e Gabú, é muito difícil identificar as populações daquelas regiões como guineenses devido à migração das populações dos países vizinhos da República de Guiné-Conacry, Senegal, Gâmbia e Mali. Os povos desses países vizinhos falam línguas étnicas dos fulas e mandingas e saraculês que estão na Guiné-Bissau, portanto, ninguém pode identificar um senegalês ou gambiano ou maliano ou lagunense como guineense fora da língua fula, mandinga e sarracule utilizados entre as regiões de Bafata e Gabú. De acordo com os entrevistados, o modo de vestir ou traços culturais desses povos são idênticas a dos fulas, mandingas e saraculês da Guiné.

Portanto, para os entrevistados, para essas populações que as línguas étnicas são meios de comunicações nos seus universos, o crioulo serve como meio para alcançar a civilização e o português, como forma de negação do ser negro ao ser branco.

O crioulo tem grande importância na unidade nacional, isto é, na valorização da educação, na medida em que o crioulo possa ser a língua utilizada nos primeiros anos de escolaridade, segundo alguns entrevistados. Nas regiões de Bafata e Gabú, em certos casos para se identificar como guineense, deve-se ter diálogo com as pessoas em crioulo, afirmam.

A partir desse momento das conversações, percebe-se que as pessoas não utilizam o crioulo como língua nacional, como língua que os permite comunicarem-se no dia a dia, nas relações pessoais e familiares. De acordo com esses alunos, existem muitas coisas que os identificam como guineenses fora e dentro do País. As diversidades étnicas são um dos fatores que estão ligadas a esse fenômeno, de não possuir uma única identidade nacional em

relação aos outros países que falam mesma língua e possuem os mesmos costumes.

Enfim, as entrevistas foram relevantes do que tinha projetado neste trabalho, permite entender que uma nação para se construir a identidade, preciso superar as diversidades étnicas, do ponto de vista dos entrevistados, embora o processo depende da vontade política dos governantes.

CONCLUSÕES

Aqui chega-se ao fim dessa instância de trabalho. Parece-me ter um resultado produtivo sobre o que tive investigando do conceito de identidade nacional na formação da identidade nacional da Guiné-Bissau. Procurei abordar os autores que dedicaram os seus estudos sobre identidade e identidade nacional. Ao trabalhar com esses autores dediquei-me a analisar os seus princípios na formação e consciência nacional de uma nação de pluralidade cultural étnica e como tornou-se hoje, as nações monoétnicas uma noção moderna.

A soberania de uma nação, como comunidade imaginada que não tem controle do comportamento e relacionamento entre os seus membros, é necessária para que haja um poder público com uma política de reconhecimento dos seus membros, para criar oportunidades como exercício de cidadania. De modo que possa prosperar a identidade em cada cidadão, como membros dessa comunidade.

A língua e a cultura, como fatores fundamentais na formação de identidade nacional de um País, a Guiné-Bissau está longe de conseguir adequar o seu povo para que haja uma única língua e cultura em prol de uma nação e consciência nacional no mundo contemporâneo. Para que o País supere essa diversidade étnica linguística, é necessário que haja uma vontade política voltada à educação com a implementação do crioulo no ensino obrigatório.

Manter o controle rigoroso das fronteiras e a valorização dos produtos nacionais também por meio das políticas públicas. Em traços gerais, a administração pública se dispunha a orientar todas as relações com os chefes tribais, mas nem sempre o procedimento revelou eficácia. Pois isso foi verificado em confronto com os poderes políticos, por meio dos interesses particulares radicalizados, a diferenciação cultural das sociedades étnicas. Mesmo com a anterior administração portuguesa, sempre se pretendia obter um equilíbrio das forças. Por exemplo, como colocar fula no reino mandinga ou na região habitada por uma sociedade de estrutura horizontal, como a balanta.

O processo de formação de identidade nacional, como exercício da cidadania, em primeiro lugar, precisa socializar a sociedade a respeitar e valorizar o poder central como elemento unificador das diversidades culturais e lingüísticas.

Enfim, a identidade nacional é apreendida por meio do processo educacional. Não é algo que seja inato, como tinha sugerido em página anterior. Depende da aprendizagem de certo conteúdo e esse conteúdo varia de pessoa para pessoa. Até pessoas que gostam de futebol, a sua identidade nacional passa pela seleção de futebol, mas para quem não gosta de futebol, a seleção nada lhe diz e não faz parte da sua identidade nacional. É uma maneira sem conteúdo, cada um de nós tem uma identidade nacional diferente, que depende das nossas experiências e daquilo que valorizamos e que sentimos que representam verdadeiramente a essência do nosso País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. **Introdução ao Estado da Cultura no Brasil**: In: -----
---. A Cultura Brasileira. 7°.ed. Brasília: UnB & UFRJ, 1996.

BULE, Teodósio. Artigo s/n°. **Nepad uma Visão para a Reconversão da África**. Moçambique/Maputo: 2006.

COUTO, Hildo Honório do. **O Crioulo Português da Guiné-Bissau**. Alemanha/Hamburg. UnB, 1994.

COMBLIN, José. **Educação e Fé os Princípios da Educação Cristã**. São Paulo, 1962.

DURKHEIM, Émile {1858/1917}. **Da divisão do Trabalho Social**: In. ----.
Método para Determinar essa Função. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DURKHEIM, Émile {1858/1917}. **As formas Elementares de vida Religiosa**. 3°.ed. São Paulo: Paulus, 2008.

DA SILVA, Cintia Cristina. Revista sem n°. **Qual é a Origem do Carnaval**. Rio de Janeiro. Gryphus, 2003.

DIDINHO, Fernando Cassimiro. **Vamos continuar trabalhar, projeto Guiné-Bissau: Contributo**. Bissau. WWW.didinho.org. 2003.

EMBALÒ, Filomena. Artigo Sem data da Publicação. **O Krioulo da Guiné-Bissau: Língua nacional e fator de identidade Nacional**. Portugal/Lisboa, 2008.

EDWARD. W Said (1935/2003). O âmbito do Orientalismo. In: -----.
Orientalismo: Oriente como Invenção do Ocidente. Brasil/São Paulo: Schwarcz Ltda. (Trad. Tomas Rosa Bueno). 1990. p. 41-119.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismo o Estado Nacional e o Nacionalismo no século XX**. Brasil/Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama). 1997.

TINIGUENA, Bissau. **Guiné-Bissau Tera Sabi**. Portugal/Lisboa. Mr Arte Gráficas, Lda, 2008.

HALL, Stuart. **Identidade Pós-Modernidade**. 3.º.ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 1999. (Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Gualia Lopes Louro).

HOBBSBAWM, Eric. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau**. 70ª.ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1980.

LOBO, Vinícius. Artigo sem data da Publicação. **A Diferença, uma porta para a liberdade do futuro**: Abordagens sobre a Identidade nacional Guineense. Portugal/Lisboa. 2008.

MORAIS, José Pedro. Artigo s/nº. **Os Desafios da Globalização em África**. Revista elo nº 73. Portugal/Lisboa. 1998.

MENDES, Manuela Lopes. Artigo **O Carnaval das Crianças**. Guiné-Bissau/Bissau. N°1. Voz di Paz- Boletim Informativo. 2010.

TOCQUIVELLE, Aléxis (1805 /1859). Como os americanos Combatem o Individualismo pela Doutrina do interesse bem compreendido. In: -----, **A Democracia na América**.1.º.ed. São Paulo: Martins Fontes. (Trad. Eduardo Brandão). 2000. p. 147-150.

ZORZI, Pe. Lúcio. **As Religiões no Mundo**. In: ----- . Catecumenato Crisma. 12°.ed. São Paulo: Paulinas, 2005.